



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

BELMIRO RAMALHO BISNETO

ATIVIDADES DE ENSINO NÃO PRESENCIAIS (AENPS) E
RENDIMENTO ACADÊMICO: UM ESTUDO NO CURSO SUPERIOR
DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DA PARAÍBA

João Pessoa
2022

BELMIRO RAMALHO BISNETO

**ATIVIDADES DE ENSINO NÃO PRESENCIAIS (AENPS) E RENDIMENTO ACADÊMICO:
UM ESTUDO NO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a): Profa. Dra. Patrícia Soares de Araújo Carvalho

JOÃO PESSOA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa

R166a Ramalho Bisneto, Belmiro.
Atividades de ensino não presenciais (AENPS) e rendimento acadêmico : um estudo no curso superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Paraíba / Belmiro Ramalho Bisneto. – 2022.
69 f. : il.
TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2022.
Orientação : Prof^a D.ra Patrícia Soares de Araújo Carvalho.
1. Rendimento acadêmico. 2. Educação superior.
3. Atividades de ensino não presenciais (AENPS). 4. Curso bacharelado em administração. 5. Aprendizagem remota. I. Título.

CDU 37.018.43:004.771(043)

Bibliotecária - CRB 15/132



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA
SECRETARIA ACADEMICA - CAMPUS JOAO PESSOA

PARECER 19/2022 - SAC/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 1 de julho de 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BELMIRO RAMALHO BISNETO

Matrícula: 20182460095

**ATIVIDADES DE ENSINO NÃO PRESENCIAIS (AENPS) E RENDIMENTO
ACADÊMICO: UM ESTUDO NO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO
EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **28 de junho de 2022**

no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB),
Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional
para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 30/06/2022.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Patricia Soares de Araújo Carvalho (IFPB)

Orientador(a)

Cibele de Albuquerque Tome (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Robson Oliveira Lima (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Patricia Soares de Araujo Carvalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/07/2022 14:38:37.
- Robson Oliveira Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/07/2022 15:32:16.
- Cibele de Albuquerque Tome, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CCSBA-JP , em 03/07/2022 21:50:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 310560

Código de Autenticação: 05d172f02c



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

RESUMO

A pesquisa se insere no contexto da pandemia do COVID-19, evidenciando inúmeras problemáticas que afetam, em especial, a educação superior, que para além das fragilidades do ensino remoto, existe o aprofundamento das desigualdades sociais, conforme registrada na pesquisa de Costa, Silva e Arrais Neto (2021), que reflete também nas desigualdades educacionais, que estão ligadas com as dificuldades de permanência, evasão e a retenção de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Diante da problemática imposta pela pandemia do COVID 19, em especial em relação aos esforços das Instituições de Ensino Superior (IES) para promover a continuidade das atividades de ensino, como é o caso do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), questiona-se: quais os fatores que têm influenciado o rendimento acadêmico dos estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs)? Para tanto, buscar-se responder a pergunta levantada elencando o seguinte objetivo geral - “Conhecer os fatores que influenciaram o rendimento acadêmico dos estudantes do CSBA do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs). Como metodologia, a pesquisa foi caracterizada como quali-quantitativa, do tipo, estudo de caso, pois tem como intuito de desvelar os fenômenos sociais por meio de uma unidade que está bem delineada, sendo o curso de administração do IFPB, campus João Pessoa. Isso apoiados em dados que quantifica os resultados, por meio de um instrumento, do tipo, questionário. Como resultado, verificou-se que, para a amostra considerada nesta pesquisa, a saber, uma parcela de estudantes que ingressaram no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, que tiveram a experiência antes e durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), que mesmo com suas particularidades relacionados com a vida acadêmica, pessoal (trabalho e estudo) e a renda familiar de três salários mínimos, estas não foram obstáculos para que eles obtivessem um bom rendimento acadêmico.

Palavras-chave: Rendimento acadêmico. Educação superior. Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs).

ABSTRACT

The research is part of the context of the COVID-19 pandemic, highlighting numerous issues that affect, in particular, higher education, which in addition to the weaknesses of remote teaching, there is a deepening of social inequalities, recorded in the research by Costa, Silva e Arrais Neto (2021), which also reflects on educational inequalities, which are linked to the difficulties of permanence, evasion and retention of students in situations of social vulnerability. In view of the problems imposed by the COVID 19 pandemic, especially in relation to the efforts of Higher Education Institutions (HEIs) to promote the continuity of teaching activities, as is the case of the Instituto Federal da Paraíba (IFPB), the question is: What are the factors that have influenced the academic performance of students of the IFPB Bachelor's Degree in Business Administration during the duration of the Non-Present Teaching Activities (AENPs)? Therefore, seeking to answer the question raises the following general objective - "To know the factors that influenced the academic performance of CSBA students at IFPB during the time of Non-Present Teaching Activities (AENPs). As a methodology, the research was characterized as quali-quantitative, of the type, case study, as it aims to unveil the social phenomena through a unit that is well delineated, being the IFPB Administration Course, João Pessoa campus. This is supported by data that quantifies the results, through an instrument, such as a questionnaire. As a result, it was found that, for the sample considered in this research, namely, a portion of students who entered the IFPB's Bachelor's Degree in Administration, who had the experience before and during the time of the Non-Classroom Teaching Activities (AENPs), that even with their particularities related to academic and personal life (work and study) and the family income of a minimum wage, these were not obstacles for them to obtain a good academic performance.

Keywords: Academic performance, higher education. Non-Present Teaching Activities (AENPs).

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Princípios que norteiam a modalidade a distância	20
QUADRO 2: Maiores dificuldades de adaptação ao ensino remoto	42
QUADRO 3: Principais fatores que justificam a mudança da qualidade	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Semestre letivo de ingresso no CSBA do IFPB	36
GRÁFICO 2: Resultados na(s) disciplina(s)	38
GRÁFICO 3: Atividade remunerada	39
GRÁFICO 4: Reprovação de disciplinas no período da pandemia	40
GRÁFICO 5: Qualidade do ensino remoto	43
GRÁFICO 6: Média das notas nas disciplinas	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Rendimento acadêmico por gênero antes e durante a pandemia	47
TABELA 2: Fator interno – pessoal	48
TABELA 3: Fator externo – familiar	48
TABELA 4: Fator externo – institucional.....	49
TABELA 5: Fatores externos – processo de ensino e aprendizagem	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Atividades Domiciliares Emergenciais
AVAS	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
AENPS	Atividades de Ensino Não Presenciais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CSBA	Curso Superior de Bacharelado em Administração
EaD	Educação a Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial da Saúde

SACI	Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social de Comércio
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNAR	Universidade do Ar
UniRede	Rede de Educação Superior à Distância
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	15
2.2	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	19
2.2.1	Educação a Distância no Brasil.....	20
2.3	ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....	22
2.3.1	Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) no IFPB.....	25
2.4	RENDIMENTO ACADÊMICO.....	27
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	TIPOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	30
3.2	CAMPO DE ESTUDO.....	31
3.3	SUJEITOS ENVOLVIDOS OU AMOSTRA.....	31
3.4	COLETA DE DADOS.....	32
3.5	INSTRUMENTO DE PESQUISA – QUESTIONÁRIO.....	33
4	RESULTADOS.....	35
4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	36
4.2	INFORMAÇÕES ACADÊMICAS.....	38
4.3	INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DURANTE O ENSINO REMOTO.....	40
4.4	INFORMAÇÕES SOBRE OS POSSÍVEIS FATORES QUE EXPLICAM O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS RESPONDENTES DURANTE AS AENPS.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55
	APÊNDICE A.....	63

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID 19, popularmente conhecida por Coronavírus surgiu na China no final de 2019 e em 2020 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia ou Síndrome Respiratória Aguda Grave/COVID-19, após se espalhar rapidamente por doze países na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia. A OMS alegou sobre os altos riscos de contaminação e sobre as necessidades de medidas de segurança sanitária, tais como: isolamento social, higienização, uso de máscaras, etc. (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021).

Com isso, as mudanças foram sendo impostas, frente a uma nova realidade, que atingiu de sobremaneira o sistema educacional que, de acordo com Santos, Abrantes e Zonta (2021), sofreu adaptações em relação aos processos de trabalho e estudo. Para conter o avanço e o contágio deste vírus, foram adotadas várias medidas sanitárias e restritivas ao dia-a-dia da população, tais como, o fechamento dos comércios, o fechamento das escolas e a suspensão das aulas presenciais.

Para as atividades de ensino, o Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 544, publicada no Diário Oficial da União, no dia 16 de junho de 2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia do novo Coronavírus. Com isso, as Instituições em conjunto com os professores passaram a adotar o ensino remoto. A partir desta portaria as Instituições de Ensino tiveram que se adaptar e modificar suas formas de atuação (BRASIL, 2020a).

O contexto pandêmico, como foi apresentado, junto com as novas ferramentas de ensino, têm mostrado algumas fragilidades no setor educacional, como mostra a pesquisa de Nunes (2021), que buscou analisar de que forma os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Fluminense, estão lidando com o ensino remoto e quais fatores estão relacionados à sua decisão de abandonar as disciplinas. A pesquisa considerou o contexto da pandemia do COVID-19, a qual revelou que a evasão dos estudantes foi do sexo feminino, e as que possuem pais e mães pouco escolarizados. E o motivo da evasão das mulheres, se deu pela sobrecarga de trabalho e falta de rotina de estudo. Sobre os estudantes que permaneceram, identificou que estão cansados, ansiosos, estressados, desanimados, desmotivados e aprendendo menos.

A pandemia registrou um dos maiores números de mortes, e tem revelado inúmeras problemáticas que afetam, em especial, a educação superior, que para além das fragilidades do ensino remoto, existe o aprofundamento das desigualdades sociais, registrada na pesquisa de Costa, Silva e Arrais Neto (2021), que reflete também nas desigualdades educacionais, que estão ligadas com as dificuldades de permanência, evasão e a retenção de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Trata-se de discussões que revelam como a pandemia tem afetado os estudantes, principalmente os que estão em situação de vulnerabilidade social, compreendendo que o vírus não escolhe localidade, cor, classe social e tampouco gênero, mas a forma de vivenciar por determinados grupos sociais, diferencia, dependendo das condições socioeconômicas, culturais, etc. Harvey (2020), diz que os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade – negros/as, mulheres, idosos/as e imigrantes, estão mais expostos às consequências danosas dos efeitos da pandemia.

Diante da problemática imposta pela pandemia do COVID-19, em especial em relação aos esforços das Instituições de Ensino Superior (IES) para promover a continuidade das atividades de ensino, como é o caso do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), questiona-se: quais os fatores que têm influenciado o rendimento acadêmico dos estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração (CSBA) do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs)?

Para este estudo, considera-se como categoria de análise o rendimento acadêmico, sendo também fundamentado por Lordêlo e Verhine (2001), na qual considera (rendimento acadêmico) como um indicador da eficácia e medida de sucesso ou fracasso da organização educacional e do seu projeto pedagógico.

Neste contexto, este TCC tem como objetivo geral “Conhecer os fatores que influenciaram o rendimento acadêmico dos estudantes do CSBA do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs). Em termos específicos, têm-se os seguintes objetivos:

- Diagnosticar o perfil socioeconômico dos discentes do CSBA matriculados nos semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1, 2021.2 e 2022.1;
- Comparar o rendimento acadêmico dos discentes do CSBA no período anterior e durante o ensino remoto;

- Identificar, a partir da percepção dos estudantes, os possíveis fatores que influenciaram o rendimento acadêmico dos discentes do CSBA durante as AENPs.

Diante do que foi exposto, acredita-se que conhecer o rendimento acadêmico dos estudantes no CSBA do IFPB, durante a vigência das AENPs se torna relevante uma vez que não existe outros estudos desta natureza, para esse grupo de estudantes e porque assim será possível identificar se as AENPs foram capazes de conceber o ensino sem prejuízo na sua qualidade, quando comparado com a forma presencial.

A redação desta pesquisa se estruturou da seguinte forma: este tópico é introdutório, busca apresentar o desenho da pesquisa, incluindo o cenário da pesquisa, as problemáticas, o problema de pesquisa, os objetivos e a importância deste estudo. No Capítulo 2, será exposto a fundamentação teórica, que buscará fundamentar a categoria de análise — rendimento acadêmico —, a partir de vários estudos. No capítulo 3, será apresentada a metodologia da pesquisa, no que diz respeito à caracterização, abordagem, método, instrumento, campo de pesquisa, amostra e procedimentos. No Capítulo 4, será apresentado e analisado os resultados que tem como intuito explicar sobre o referido rendimento, considerando a percepção dos estudantes. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas e o apêndice elaborado para viabilizar a coleta dos dados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa encontra-se inserida no contexto da educação superior, especificamente nos institutos federais. Neste contexto, o presente capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica e bibliográfica adotada, a saber: educação superior a partir da década de 1990, Educação a Distância, Ensino Remoto e Rendimento Acadêmico no contexto da pandemia Covid-19.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A partir da década de 1990 a educação superior no Brasil passou por um processo de reestruturação que buscou entrar em sintonia com as políticas neoliberais em voga neste período (NEGRÃO, 1998). O neoliberalismo pode ser compreendido como uma doutrina econômica e política que resgata princípios do liberalismo clássico, com destaque para o princípio que preconiza a mínima intervenção do estado na economia.

Dourado (2002, p. 14), sintetiza a perspectiva neoliberal como uma “reformulação do padrão de gestão do desenvolvimento do capitalismo, presente na concepção de Estado liberal intervencionista keynesiana, vigente na vertente denominada *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social”, ou seja, os preceitos neoliberais buscam diminuir o “tamanho do estado” e conseqüente sua presença no mercado.

As políticas neoliberais foram amplamente recomendadas com o objetivo de solucionar a situação econômica alarmante que afetava os países subdesenvolvidos, sobretudo aqueles da América Latina. Esta recomendação teve origem no Consenso de Washington, um encontro ocorrido em 1989, em Washington, capital dos Estados Unidos; ao final deste encontro foram apresentadas recomendações que os países em dificuldade deveriam aplicar, a saber: abertura comercial e financeira, consolidação das economias de mercado e controle fiscal macroeconômico.

Conforme assinalado por Batista Júnior (2009), as premissas básicas defendidas pelo Consenso de Washington são: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização

comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação; e propriedade intelectual.

O Consenso de Washington se tornou um “receituário” que as agências internacionais, como é o caso do Fundo Monetário Internacional – FMI, impuseram aos países as exigências para a concessão de empréstimos e cooperação econômica. Baseando-se nessas exigências, o Brasil, para ter acesso aos créditos disponibilizados pelos organismos internacionais, teve que promover reformas que afetaram a economia, como foi o caso do programa de privatizações, em que empresas estatais foram vendidas e passaram a ser geridas pela iniciativa privada.

A “cartilha neoliberal” também atingiu o setor educacional brasileiro, sobretudo, na educação superior. Neste sentido, verifica-se que as mudanças foram instituídas por meio das políticas educacionais regulamentadoras, como o exemplo da Lei de Diretrizes da Educação Superior (LDB) em 1996, que regulamentou todo o sistema educacional, incluindo a institucionalização da educação profissional e tecnológica, abrangendo em níveis do ensino médio, graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996).

Estabelecidas as finalidades da educação superior no art. 43, a LDB prevê (art. 44) que, além dos cursos de graduação e de pós-graduação, esse nível de ensino contempla cursos seqüenciais e de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. A grande inovação aqui é certamente a criação dos cursos seqüenciais por campo de saber, com diferentes níveis de abrangência, de formação específica e de complementação de estudos, com duração média de dois anos, que só podem ser ofertados por IES credenciadas que possuam cursos de graduação reconhecidos. Os cursos seqüenciais não são cursos de graduação, embora sejam considerados de nível superior (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 6).

A educação profissional pode ser entendida como uma proposta que dialoga com as políticas neoliberais, pois oferece cursos preparatórios que buscam atender as demandas do grande mercado e preparar profissionais para os desafios do trabalho. Segundo o Ministério da Educação - MEC (2018), a educação profissional e tecnológica se trata de uma modalidade que se encontra prevista na LDB/96, que tem como objetivo preparar estudantes para o exercício de profissões, contribuindo para o mundo do trabalho.

Com foco nos Institutos Federais de Ensino, Frigotto (2015) diz que:

Os IFs em sua tessitura presente guardam a natureza de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que mediam essa modalidade de ensino.

As diferentes conjunturas, no que é estrutural, mantém o viés da negociação pelo alto e sob um horizonte de projeto societário e de desenvolvimento de natureza modernizante conservadora. Ideário do progresso e da expansão de fronteiras para, hoje, o grande capital financeiro, industrial e do agronegócio e de serviços. (FRIGOTTO, 2015, p. 92)

Nos anos 2000, o cenário da educação superior passou por mudanças, especificamente a educação profissional tecnológica, quando foi normatizada a organização e expansão dos IFs, através das leis 11.195/05 e 11.892/08.

A Lei nº 11.195/05 dá nova redação ao § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Assim, a redação do § 5º do Art. 3º, da Lei nº 8.948/94 passa a regulamentar a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, sendo que estas novas unidades deverão, preferencialmente, ser criadas “em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1994; BRASIL, 2005).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, com as seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. Cabe aqui mencionar que os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, conforme determinado em 2012 pela Lei nº 12.677 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012a).

A forma de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio foi regulamentada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que, entre outros, promoveu uma política de inclusão social, ao destinar 50% das vagas de Instituições Federais de educação superior vinculadas ao MEC para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (BRASIL, 2012b).

Os números da expansão da Rede Federal foram apresentados pelo Ministério da Educação, identificando que em 2021 toda Rede Federal encontra-se composta por 670 unidades distribuídas, considerando 27 unidades federadas do Brasil, sendo 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (BRASIL/MEC, 2021).

Conforme assinalado por Frigotto (2015), ao ampliar o acesso ao ensino profissional, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se alinha aos interesses do capital. Entretanto, esse processo de expansão possibilitou o deslocamento dos Institutos Federais para o interior, fato que, na visão de Santos (2015), representa a presença da concepção cepalina¹ que busca a diminuição das desigualdades regionais com a ampliação de oportunidades e acesso às experiências do mundo moderno.

O sistema educacional funciona de forma complexa, pois existe a presença de um conjunto de elementos em constante movimento que leva as simultâneas situações que são postas de forma concreta e ao mesmo tempo abstrata. É um sistema pensado, planejado e executado com o objetivo final de gerar resultados satisfatórios, por meio do rendimento escolar. Para Guzzo e Euzébios Filho (2005, p. 17), o sistema educacional analisado como resultado de um processo histórico, “configura-se no bojo das relações sociais e de produção, que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos distintos e, ainda mais, estabelece uma relação entre classes sociais antagônicas”.

Dentro dessa locomotiva que é constituído o sistema educacional, integra um elemento importantíssimo, o ensino, que se trata da disseminação sistemática do conhecimento, utilizado para instruir e educar fazendo uso de ferramentas que facilitem e impulsionem o aprendizado. Ao decorrer do tempo, com o avanço tecnológico e com o surgimento de novos meios de comunicação remota, o sistema educacional tomou proporções mais abrangentes no que tange o acesso a novas localidades onde antes seria inviável em termos de estrutura física, trazendo consigo o que conhecemos atualmente como ensino a distância.

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): comissão desenvolvida como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos e caribenhos.

Assim, conforme será melhor explanado na próxima seção, com as tecnologias e os meios de comunicação, o acesso ao ensino é ampliado e a Educação a Distância pode ser considerada como mais uma alternativa para atenuar as desigualdades regionais e “diminuir a distância” entre as pessoas e as instituições de ensino.

2.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A expressão “educação a distância” facilmente pode ser confundida com “ensino a distância”. Para dirimir essa dúvida, Moran (2002) reconhece que nenhuma das expressões é adequada, no entanto, defende o uso da palavra “educação” por ser mais abrangente já que a expressão “ensino a distância” enfatiza o papel do professor “como alguém que ensina a distância”.

Nessa linha de entendimento, Santos e Menegassi (2018) apontam que existem diversos conceitos para Educação a distância (EaD), sendo a maioria descritivo e que tem como base o ensino presencial. A educação a distância refere-se a um processo de aprendizado, que ocorre de forma planejada e:

normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEARSLEY, 2008 apud SANTOS; MENEGASSI, 2018, p. 2)

Segundo Moran (2002), “educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. Neste sentido, verifica-se que a expressão “educação a distância” se refere a uma modalidade de ensino em que estudantes e professores não se encontram juntos em uma sala “convencional”, entretanto, o processo de ensino-aprendizagem se torna factível com o auxílio das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

Considerando o destaque que é dado ao uso das tecnologias da informação e comunicação nos processos educacionais, Silva (2016), acredita que um curso a distância deve considerar as especificidades que envolve seu processo de ensino-aprendizagem, por isso, se faz necessários conhecer os princípios que norteiam a modalidade a distância, a saber:

Quadro 1: Princípios que norteiam a modalidade a distância

Autonomia	Capacidade de autoinstrução em que deve ser oferecida ao aprendiz condições de ser protagonista e condutor do seu processo de formação e construção do conhecimento. Embora o discente seja protagonista na construção do conhecimento e tenha a liberdade de escolher os seus horários de estudo, ele não ficará sozinho, isolado diante de um computador. Na EaD, há um professor formador, um tutor, os colegas de curso e vários outros autores que acompanharão o aluno e participarão ativamente do processo de ensino e de aprendizagem.
Interação	Intercâmbio de informações com outros sujeitos e consigo próprio. No processo de interação, que se internalizam os conhecimentos, papéis e funções sociais, fatores que permitem a formação do conhecimento e da própria consciência do educando.
Flexibilização	Este princípio é o que mais evidencia as especificidades da EAD, não só no que diz respeito à flexibilidade espacial e temporal, mas a necessidade de apresentar mecanismos que facilitem e flexibilizem o acesso, sem rigidez de horário local, às informações necessárias à construção do conhecimento.

Fonte: Adaptado de Silva (2016).

Para que os estudantes possam colocar em prática os princípios norteadores da modalidade a distância é essencial que as instituições disponham de ferramentas de apoio no processo de aprendizagem, como é o caso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs).

Os AVAs são softwares educacionais executados via internet, com o objetivo de apoiar as atividades de EaD. O AVA fornece subsídios para o funcionamento do curso e assim os atores envolvidos (estudantes, docentes e tutores) possam desempenhar suas funções.

2.2.1 Educação a Distância no Brasil

A história da educação a distância no Brasil revela que os primeiros registros desta modalidade de ensino ocorreram em 1904 no Jornal Brasil, onde o mesmo ofereceu um curso por correspondência para Datilógrafo (COQUEIRO; SOUSA, 2021).

O segundo momento da educação a distância no Brasil foi marcado pela tecnologia com a oferta de cursos de português, francês, literatura francesa, radiotelegrafia, telefonia pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (criada em 1923 e

doadas ao Ministério da Educação e da Saúde em 1936) e do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação, em 1937 (SANTOS; MENEGASSI, 2018).

A Universidade do Ar (UNAR) fundada em 1947 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Social de Comércio (SESC) e por emissoras associadas marca o surgimento de aulas com transmissão ao vivo por meio de uma rede de emissoras, entre elas a Rádio Tupi (LOPES; FARIA, 2013).

Em 1967, foi criado, de forma experimental, o projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A finalidade deste projeto era elaborar um sistema nacional de telecomunicações com o uso de satélite (MAIA; MATTAR, 2007).

Na década de 1970 surgem dois cursos importantes relacionados ao ensino, a saber: em 1978 o programa televisivo Telecurso 2º grau, oferecido pela Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho com o objetivo de preparar estudantes para as provas dos exames supletivos de 2º grau; e, em 1979, o projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), transmitido pela televisão, com objetivo de alfabetizar os adultos (COQUEIRO; SOUSA, 2021).

O reconhecimento legal da EAD no Brasil ocorreu na década de 1990 por meio do Decreto nº 2.494 de fevereiro de 1998, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996; BRASIL, 1998).

Nos anos 2000, a EAD ganhou forças com a institucionalização da Rede de Educação Superior à Distância (UniRede), onde as instituições públicas começaram a ofertar cursos de graduação, pós graduação e de extensão na modalidade de EAD (COQUEIRO; SOUSA, 2021). Além disso, em 2005 o Ministério da Educação (MEC) criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo por objetivo a expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. A UAB foi criada em 2005 como “um consórcio de Instituições Públicas de Ensino Superior, Estados e Municípios, coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 43).

Nos dias atuais, a educação à distância é trazida pelas vastas possibilidades oferecidas pelo acesso à internet, através de ferramentas como os computadores pessoais, sejam eles Desktops ou Notebooks, Tablets e Smartphones em sua maioria (MEDEIROS, 2015). Essas vastas possibilidades foram extremamente importantes a

partir de 2020 quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia COVID-19, quando o alto risco de contaminação impôs necessidades de medidas de segurança sanitária, como: isolamento social, higienização, uso de máscaras, etc.

Com a vivência da nova situação de isolamento social e das medidas de segurança adotadas foi preciso repensar o método de ensino para se adequar às condições exigidas, surgindo o Ensino Remoto Emergencial (ERE) como uma solução imediata e temporária para a resolução dos processos de trabalho e estudo.

2.3 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Para dar continuidade ao ano letivo, foi necessário recorrer às tecnologias digitais, desta necessidade surge o Ensino Remoto Emergencial (ERE), seguindo as diretrizes das aulas presenciais, numa tentativa de cumprir a carga horária e os dias letivos para conclusão de uma série ou ciclo de estudos.

O Ensino Remoto Emergencial foi regulamentado por meio da Portaria MEC Nº 544, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de junho de 2020, que autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia do novo Coronavírus (BRASIL, 2020a).

A estratégia didática em que se assenta o desenvolvimento da e-atividade, deverá apontar no sentido de conseguir que um grupo seja uma verdadeira comunidade virtual de aprendizagem interativa, colaborativa e investigativa. Deve-se, pois, em salas de aula virtuais, socializar o grupo, induzir e moderar a negociação e a partilha de ideias, facilitar o acesso à informação e ao conhecimento e auxiliar no processo de investigação e desenvolvimento do pensamento crítico (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p. 360).

A pandemia acelerou diversos processos e contribuiu para mudanças na dinâmica de ensino, trazendo novas configurações a serem seguidas, assim como questões a respeito da expansão da cultura digital, colaboração e trabalho remoto. A dinâmica assíncrona força os estudantes a se tornarem mais proativos e desenvolverem sua capacidade de encontrar respostas de maneira independente, fazendo uso de aparelhos eletrônicos e do amplo acesso à internet.

No ERE, assim como é na EAD, a base para o processo de mediação pedagógica tem como pressuposto dois critérios: a ação humana e a ação tecnológica. A ação tecnológica são os recursos disponíveis para viabilizar o processo de aprendizagem. A ação humana está organizada em forma de

tutoria, na qual a ação docente é a responsável pela articulação entre a/o aprendiz e a aprendizagem. Nesse sentido, a relação entre a ação humana e ação tecnológica resulta na mediação pedagógica (BRAHIM, 2021, p. 11).

O ERE pode ser considerado como uma forma de ensino que foi adotada temporariamente pelas instituições com o objetivo de garantir a manutenção das atividades de ensino em meio ao isolamento social e preservar o distanciamento geográfico e físico entre estudantes, docentes e demais agentes que atuam no ambiente educacional.

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. Dessa forma, o ensino presencial físico precisou ser transposto para os meios digitais. No ERE, a aula ocorre num tempo síncrono (seguindo os princípios do ensino presencial), com videoaula, aula expositiva por sistema de webconferência, e as atividades seguem durante a semana no espaço de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) de forma assíncrona. A presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula presencial é “substituída” por uma presença digital numa aula online, o que se chama de ‘presença social’ (DUTRA, 2020, p. 1).

Após a autorização do MEC para a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto emergencial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) reconheceu que a adoção de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) são alternativas para que o sistema de ensino não pare totalmente.

Mesmo sem muito planejamento foi preciso retomar as aulas e para isso, foram utilizados, por exemplo, o ensino híbrido e a sala de aula invertida, escalonamento das turmas e várias técnicas, como aula expositiva virtual, web conferências por plataformas digitais e uso de aplicativos, além de atividades inspiradas em metodologias ativas, que desenvolvem a autonomia e prendem o interesse do estudante, incentivando-o a ser mais participativo e comprometido com os estudos.

Analisando quais e como as TDIC são indicadas para o ensino remoto durante o período da pandemia da Covid-19, encontraram 14 ferramentas factíveis de serem utilizadas, a saber: *Microsoft Teams, Google Classroom, Youtube, Facebook, Instagram, Whatsapp, Telegram, Tik Tok, LinkedIn, Mentimeter, Quizziz, Jamboard, Miro e Canvas.*

Entretanto, Schneider *et al.* (2020, p. 15) reconhecem que a “tecnologia por si só não gera aprendizagem”, e a complexidade que envolve a inserção imediata das TDIC, “pois muitos professores não tiveram esse tema em sua formação inicial tendo então que buscar se apropriar de como utilizar a tecnologia para fins educacionais em uma formação continuada, sendo assim um grande desafio”.

Fernandes (2021, p. 15), relatando a experiência vivida no Ensino Remoto Emergencial (ERE) no Curso de Química do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na visão dos discentes concluiu-se que, do ponto de vista das abordagens desenvolvidas e ferramentas de ensino, o ensino remoto favorece “a educação emancipadora com propostas que favorecem uma visão de protagonista dos alunos, uma vez que eles próprios detêm em suas casas instrumentos para aquisição novos conhecimentos”.

Barvieira, Fagundes e Cerqueira-Adão (2021), a partir da aplicação de um questionário direcionado ao grupo de docentes e integrantes do núcleo estruturante do curso de administração da Universidade Federal do Pampa, trouxe a constatação de que as vidas diárias dos profissionais da educação mudaram tanto em tempos de pandemia de COVID-19 que eles foram forçados a mudar seus métodos de ensino; o questionário referido visava avaliar as condições psicológicas e de desigualdade para desenvolver o ensino remoto. Passando a ser necessário diante dos desafios destas mudanças, que os docentes adquiram novas habilidades e competências que não eram exigidas antes da pandemia.

Diferentemente da compreensão sobre a Educação a Distância (EaD) em que a proposta didático-pedagógica já foi planejada para ser funcionar a distância e os processos de ensino e aprendizagem são realizados utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, o ERE é uma adaptação do ensino presencial, uma solução temporária para a situação emergencial vivida nos tempos de pandemia.

2.3.1 Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) no IFPB

Em se tratando das ações para mitigar os efeitos da pandemia nas atividades acadêmicas, Castilho e Silva (2020) verificaram que os 38 Institutos Federais de Educação (IF) responderam às demandas impostas pelo contexto pandêmico e que, embora heterogêneas, as ações seguiram as orientações do Ministério da Educação

(MEC), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e do Ministério da Saúde. Além disso, esses autores também constataram que as ações dos IFs levaram em consideração a realidade de cada região, atuando com preocupação em relação à preservação da saúde da comunidade acadêmica.

No Instituto Federal da Paraíba, as estratégias de Ensino Remoto Emergencial vieram com a Resolução nº 29/2020, que estabelece os procedimentos para o desenvolvimento e registro de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs). Neste contexto, entende-se AENPs como um conjunto de atividades pedagógicas, com objetivo de promover um atendimento escolar de forma provisória aos estudantes, sanando os maiores danos causados pela mudança abrupta de método de ensino no contexto da pandemia Covid-19 (BRASIL, 2020e).

São consideradas atividades não presenciais, aqueles referentes a:

- a. à execução dos componentes curriculares; b. à progressão parcial; c. a núcleos de aprendizagem; d. à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e. à orientação de Relatório de Estágio f. outras atividades de apoio ao ensino que a Subcomissão Local de Acompanhamento das Atividades Não Presenciais (SLAANP) do curso ou área definir, desde que sejam realizadas de forma não presencial (BRASIL, 2020e, art. 1).

Tais atividades podem ser diversas, no que diz respeito aos recursos didático-pedagógicos utilizados atualmente, como os encontros em sala de aula virtual; desenvolvimento de videoaula; os momentos de interação em chat ou em grupos de redes sociais; estudos por apostilamento de textos, pesquisas, projetos, entre outros (BRASIL, 2020e).

Em seus estudos, Signori *et al.* (2020) ressaltaram que as atividades pedagógicas não presenciais, não se trata de uma modalidade de ensino, que tem uma legislação própria, e sim, como um modelo pedagógico que auxilia no processo de ensino e aprendizagem no período da pandemia, como um recurso emergencial que possibilitou aos estudantes, de forma momentânea, acesso aos conteúdos e disciplinas acadêmicas, tendo em vista o vínculo institucional e a minimização dos impactos do isolamento social.

Cabe aqui mencionar, conforme Fernandes (2021), que no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) a proposta de ERE foi fruto de um amplo debate com vistas a ofertar um ensino com qualidade e inclusivo, sobretudo para aqueles

estudantes considerados com renda baixa e “que têm dificuldade de acesso à internet e/ou não possuem aparelhos eletrônicos como smartphones, tablets e notebooks que deem suporte às aulas remotas, e nos alunos com necessidades educacionais específicas”. (FERNANDES, 2021, p. 2)

Semelhante ao que ocorreu no IFRN, no IFPB também houve a preocupação com a inclusão dos estudantes de baixa renda e, pensando nisso, foi disponibilizado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. Este auxílio teve como objetivo proporcionar ao estudante condições de acesso à internet para a manutenção da vinculação acadêmica, tendo em vista o acesso à comunicação, orientações e capacitações, de forma remota (IFPB, 2021).

Deste modo é possível dizer que as medidas tomadas pelo Instituto Federal da Paraíba frente à situação alarmante provocada pela pandemia, em especial, a concessão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, buscam atender as necessidades socioeconômicas apresentadas pelos estudantes mais carentes, a fim de mantê-los ativos mesmo dentro da situação atual de distanciamento social que ocasionaram as AENPs.

Analisando as estratégias adotadas pelo Instituto Federal da Paraíba também é possível identificar que elas buscaram equilibrar os resultados dos estudantes dando a eles a possibilidade de continuar nos seus cursos, manter suas médias padrão, conter as possíveis quedas nas notas e na qualidade de aprendizagem acarretadas pela mudança súbita de metodologia de ensino, tendo em vista manter o rendimento escolar em alta performance mesmo em situação emergencial de ensino.

2.4 RENDIMENTO ACADÊMICO

Segundo Pires *et al.* (2008), o rendimento acadêmico leva em consideração as classificações finais obtidas pelos estudantes na conclusão de uma disciplina, ano ou nível de ensino, e se constitui como condição importante para atingir o sucesso acadêmico.

Silva e Oliveira Júnior (2016) fizeram uma busca sistematizada nas bases de dados do Portal de Periódicos da Capes, no Scielo, *Science Direct* e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em busca de estudos (Português e Inglês) que retratasse os determinantes do rendimento acadêmico no ensino superior,

no período de 2008 a 2015. Após a leitura dos trabalhos encontrados, eles concluíram que existem vários fatores que explicam o desempenho acadêmico dos estudantes no ensino superior, sendo estes fatores relacionados à forma de ingresso na Instituição, à família, emprego, formação básica, identidade com o curso, escolaridade dos pais, renda familiar, expectativas acadêmicas e habilidades sociais.

Por sua vez, Ferreira (2009), também buscou entender os fatores determinantes do rendimento acadêmico no ensino superior e identificou que existem fatores diversos para explicar o rendimento acadêmico; entre as causas, elas podem ser resultados, por exemplo, das características dos professores e dos alunos, dos currículos apresentados, das peculiaridades das instituições e dos contextos. De forma ampla, verifica-se que as causas que explicam o rendimento acadêmico podem estar relacionadas com fatores pedagógicos, culturais e socioeconômicos.

Consoante com Ferreira (2009), esta pesquisa concorda que os fatores determinantes do rendimento acadêmico são oriundos de várias causas. Analisar estes rendimentos apenas a partir de um resultado quantitativo podem trazer algumas problemáticas como a impossibilidade de fazer uma análise mais profunda dos reais motivos do baixo ou alto rendimento do estudante, impossibilitando uma avaliação coesa de seus resultados finais.

Nesta linha de pensamento, Lordêlo e Verhine (2001) dizem:

O rendimento ou desempenho de um estudante é função de uma multiplicidade de fatores relativos ao contexto social, ao ambiente familiar e escolar e da própria formação e personalidade do aluno, agindo conjuntamente. Os estudos para determinar a influência que esses fatores exercem isolada ou simultaneamente compõem um campo de investigação científica de muita relevância para a formulação de políticas e programas públicos e privados, para o planejamento e a gestão escolar). (LORDÊLO; VERHINE, 2001, p. 57)

Diante do exposto se faz necessário a compreensão que o rendimento acadêmico se trata de uma interação complexa, entre o histórico, as características sociais, culturais e econômicas que o estudante traz consigo quando ingressa na instituição de ensino, ou seja, existem fatores que não estão no controle da instituição e não são levados em consideração nos dados quantitativos, estabelecidos pelo meio do sistema de avaliação.

Casiraghi *et al.* (2020), analisando os fatores relacionados ao rendimento acadêmico dos estudantes do Ensino Superior, observaram que as médias mais

elevadas de rendimento acadêmico estão presentes em estudantes do sexo feminino e estudantes com faixa etária abaixo dos 20 anos. Estes autores confrontaram esses resultados com aqueles disponíveis na literatura internacional e constaram que maiores rendimento acadêmicos para os estudantes do sexo feminino se repete com frequência nestes estudos, o que pode sugerir que elas são mais concentradas nos seus estudos e recorrem a métodos mais eficazes de aprendizagem; sobre a variável idade, eles acreditam que estudantes com mais idade podem ter deixado de estudar há mais tempo ou estarem envolvidos com responsabilidades familiares e sociais que dificultam a frequência às aulas e a aprendizagem.

A partir dos elementos postos é possível concluir que fatores externos à instituição de ensino tem uma correlação com rendimento acadêmico dos estudantes isso porque, para o estudante adquirir resultados satisfatórios nos processos avaliativos, é necessária uma formação que o inclua, atendendo suas especificidades, no que diz respeito aos fatores econômicos, sociais, psicológicos, culturais, dentre outros.

Sendo assim, percebe-se que o rendimento acadêmico apresentado por meio de um número (nota) se trata do resultado final que é construído ao longo da formação e das interações dos estudantes com o ambiente social, econômico, cultural, familiar, pedagógico que ele está inserido. A partir desta compreensão se faz necessário o levantamento de discussões a respeito destes fatores em relação ao conceito de rendimento acadêmico, trazendo novos elementos para a análise dos resultados acadêmico, especialmente quando se trata da pandemia de COVID-19, em houve a migração do ensino presencial para o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

A pandemia exigiu alterações rápidas e profundas no normal funcionamento da vida acadêmica em relação aos serviços, aos professores e aos estudantes. Sobretudo importante para favorecer a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes é compreender como os estudantes organizaram a sua aprendizagem, como assistiram às aulas, se leram os textos e realizaram os trabalhos individuais e de grupo, entre outros aspectos (OSTI; PONTES JÚNIOR.; ALMEIDA, 2021, p. 280).

Sobre o desempenho acadêmico durante a pandemia da COVID-19, Freitas *et al.* (2022) buscaram entender como os estudantes de uma universidade pública do sul do Brasil auto avaliam seu desempenho. Este estudo concluiu que muitos estudantes consideram que o desempenho acadêmico durante a suspensão das aulas

presenciais está sendo insuficiente. Entre as variáveis que podem explicar este desempenho insuficiente verificou-se: o exercício de atividades profissionais, dificuldades de ordem familiar, ingresso na instituição pelo sistema de cotas, residência com familiares, limitação no uso das tecnologias de informação e comunicação, afastamento dos estudantes das atividades práticas e fatores motivacionais ocasionado pelo distanciamento social.

A pesquisa realizada por Macuácuca *et al.* (2021) com estudantes de graduação e Pós-graduação na cidade de Manaus-Amazonas verificou que a qualidade dos ambientes privados dos estudantes para o estudo remoto interfere positivamente no rendimento acadêmico dos estudantes em isolamento doméstico, no entanto, esse efeito não foi o mesmo entre os gêneros: para estudantes do gênero masculino e para estudantes de graduação, essa relação parece ser particularmente importante e significativa; já as mulheres e os estudantes de pós-graduação parecem que foram “capazes de melhor se adaptarem às condições adversas do ensino remoto, em condições de isolamento domiciliar, durante a crise de saúde pública imposta pela Pandemia de COVID-19”.

3 METODOLOGIA

Este capítulo busca descrever os procedimentos metodológicos adotados neste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, compreendendo a tipologia e caracterização do estudo, campo de estudo, amostra e coleta de dados.

3.1 TIPOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa científica ganha legitimidade a partir de uma racionalidade e encadeamento lógico das ideias, por meio de uma consistência teórica e sistemática em que se fundamentam as pesquisas. Com isso, alguns pesquisadores, como Gil (2002), Flick (2009), Richardson (1999) e Creswell (2014), vão trazer elementos, do tipo: problema de pesquisa, objetivos, abordagem de pesquisa, método, procedimentos, instrumento de pesquisa, campo de pesquisa, coleta de dados, técnica de análise, etc., que permitam sistematizar nossas pesquisas sob um liame lógico, dando cientificidade.

Na busca de sistematizar esta pesquisa sob o liame lógico e com bases científica, se tem como ponto de partida, o objetivo geral, que tem como finalidade - conhecer os fatores que têm influenciado o rendimento do estudante do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs).

Desta forma, a presente pesquisa foi caracterizada como quali-quanti, do tipo, estudo de caso. É qualitativo, pois tem o intuito de analisar sobre o rendimento acadêmico do estudante, traduzido aqui, como grupo de indivíduos em uma dada situação social, que neste caso, é o da pandemia de COVID-19. É também estudo de caso, porque se trata de uma unidade que está bem delineada, sendo o curso de administração do IFPB, campus João Pessoa. É quantitativa, pois busca-se quantificar os resultados, por meio de um instrumento, do tipo, questionário, que será explicado mais adiante.

3.2 CAMPO DE ESTUDO

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, é uma referência em ensino profissional no Estado da Paraíba, e conta com 21 unidades, distribuídas em todo Estado. Sobre as unidades que estão em funcionamento, existem Campus nos municípios de Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita, Sousa e Santa Luzia. Na cidade de João Pessoa, existem cursos técnico-integrados, subsequentes, graduação e pós-graduação. Com relação aos cursos de graduação, a instituição tem 18 cursos, entre eles, na cidade de João Pessoa, o Curso Superior de Bacharelado em Administração, que é ofertado de forma presencial nos turnos manhã e noite.

Dito isto, o campo de estudo é o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), precisamente os estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração, destes, considerou-se como critérios de inclusão na amostra os estudantes que tiveram a vivência do ensino presencial e do ensino AENPs, ou seja, aqueles que ingressaram no CSBA nos semestres letivos anteriores ao 2020.1, se tratando dos estudantes matriculados nos semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1, 2021.2 e 2022.1, nos turnos matutino e noturno.

Cabe aqui registrar que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a COVID-19 como uma pandemia, e, em decorrência desta situação, uma série de medidas foram tomadas para evitar a transmissão do coronavírus, responsável por causar a doença - COVID-19. No caso do CSBA e demais cursos do IFPB, este passou a funcionar na modalidade Atividade de Ensino Não Presencial (AENP's).

3.3 SUJEITOS ENVOLVIDOS OU AMOSTRA

Para esta pesquisa, adota-se como critério de inclusão - os estudantes que tiveram a vivência do ensino presencial e do ensino AENPs, ou seja, aqueles que ingressaram no CSBA nos semestres letivos anteriores ao 2020.1. O motivo pelo qual escolheu tais estudantes é porque se trata de estudantes que cursaram o curso antes

e durante a pandemia, e, por isso, possuem condições de avaliar e responder os questionamentos propostos.

A amostra considerada foi classificada como não probabilística pelo critério de acessibilidade. Os questionários foram enviados para todos os estudantes matriculados no CSBA. Após análise dos semestres respondentes, foram excluídos aqueles questionários em que o estudante ingressou no CSBA após o semestre letivo 2020.1, ou seja, aqueles estudantes que tiveram apenas a vivência do ensino pelas AENPs. Neste sentido, o número de respostas foi de 148, entretanto, após aplicação do critério de exclusão, a amostra considerada nesta pesquisa foi de 74.

3.4 COLETA DE DADOS

Os dados (74 observações) considerados nesta pesquisa foram obtidos a partir da aplicação de questionários, *online*, enviados via *Google Docs* (Ver Apêndice 1), com o objetivo de identificar as possíveis variáveis que explicam o rendimento escolar dos estudantes do CSBA durante a pandemia. O convite para participação na pesquisa foi enviado para os e-mails dos estudantes pela coordenação do CSBA, via comunicador do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública); além deste, o *link* do formulário foi enviado, via *Whatsapp*, para o grupo que estão inseridos os Representantes de sala, de todos os semestres letivos.

O período de coleta de dados iniciou no mês de abril, a partir de um questionário piloto, que foi enviado para quatro estudantes do curso de administração do IFPB, sendo possível identificar as fragilidades do questionário e modificá-las, tornando cada vez mais fidedigna para o uso definitivo. A coleta definitiva dos dados ocorreu no período de 25 de abril a 27 de maio de 2022.

Com relação às questões éticas, adota-se para esta, uma pesquisa de opinião, cujos participantes não foram identificados, e segundo a Resolução 510, do Conselho Nacional de Saúde, não há a necessidade de registro e nem avaliação pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) e na Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CNS, 2016).

Após a obtenção dos dados os resultados foram tabulados pelo programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), considerando análise estatística

descritiva, ao qual, posteriormente, foi representado através de gráficos, quadros e tabelas (feitos no *Excel* e *Word*) para melhor visualização da análise.

3.5 INSTRUMENTO DE PESQUISA – QUESTIONÁRIO

De acordo com Gray (2012), o questionário busca atender maiores números de pessoas ao mesmo tempo, em perguntas padronizadas, sendo o instrumento ideal para coletar respostas viáveis para esta pesquisa. Portanto, a construção do questionário se deu através de um estudo bibliográfico que permitiu identificar variáveis, tais como: fatores econômicos, sociais, psicológicos, culturais, entre outros, com a finalidade de desenvolver perguntas que pudessem atender aos objetivos desta pesquisa.

Também foram consideradas normas internas para a construção do questionário, tendo como finalidade, conhecer o campo de estudo desta pesquisa, tais como:

- Resolução AR nº 13/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19) (BRASIL, 2020b);
- Resolução nº 28/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de julho de 2020, que estabelece as fases de implementação gradual das atividades não presenciais e presenciais no âmbito do IFPB (BRASIL, 2020d);
- Resolução nº 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de julho de 2020, que estabelece os procedimentos para desenvolvimento e registro de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), durante o período de suspensão das atividades presenciais, no âmbito do IFPB, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) (BRASIL, 2020e);
- Resolução AR nº 30/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 02 de julho de 2020, que regulamenta a concessão de Auxílio para

Inclusão Digital para atender situação emergencial em razão da pandemia mundial do COVID-19 no IFPB (BRASIL, 2020c);

- Nota Técnica nº 7/2020 - PRE/REITORIA/IFPB, de 07 de agosto de 2020, que traz orientações acerca da execução das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) durante a Pandemia da COVID-19 (IFPB, 2020);
- Resolução nº 47/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 11 de janeiro de 2021, que regulamenta a concessão de Auxílio Inclusão Digital para Aquisição de Equipamentos para atender situação emergencial em razão da pandemia mundial do COVID-19 no IFPB (BRASIL, 2021).

Neste sentido, o questionário foi dividido em três grupos de questões, onde o primeiro contempla questões socioeconômicas e acadêmicas, como: gênero, idade, estado civil, tipo de escola cursou o ensino médio, ocupação e renda familiar. No segundo, as perguntas são sobre informações acadêmicas, vínculo estudantil ao CSBA e sobre seu desempenho durante as AENP's, no terceiro grupo de perguntas. As duas últimas perguntas são facultadas ao entrevistado, respostas "abertas" sobre fatores determinantes para o rendimento escolar e desafios relacionados às atividades de ensino no período da pandemia.

Sobre os possíveis fatores determinantes para o rendimento escolar, no questionário foi colocado em formato da escala Likert, que busca quantificar por meio de uma medição de opinião a subjetividade do indivíduo, considerando um conjunto de proposições que se apresenta em níveis de concordância e discordância (SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011). Tais níveis de concordância e discordância, considerada na escala de 1 a 4, estimula os participantes a se posicionarem frente a pergunta levantada, eliminando qualquer tipo de neutralidade nas respostas, conforme explana Alexandre (2003). O autor referido, ao discorrer sobre a escala Likert, menciona que o nível de concordância e discordância de 0-4, pode conduzir a uma tendência de forçar os respondentes a marcarem a direção que eles estão "inclinados".

Sobre o instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário elaborado com 23 perguntas com base em Silva e Oliveira Júnior (2016),

para justificar o uso das variáveis socioeconômicas presentes no questionário, as normas internas supracitadas, para identificar as políticas adotadas pela instituição de benefício ao estudante no período da pandemia, também Casiraghi *et al.* (2020), que retrata sobre o rendimento os fatores relacionados ao rendimento acadêmico dos estudantes do Ensino Superior.

4 RESULTADOS

Este capítulo busca apresentar os resultados obtidos por meio do questionário, buscando identificar sobre os fatores relacionados ao rendimento acadêmico dos estudantes matriculados nos semestres letivos - 2020.1, 2020.2; 2021.1 e 2021.2 do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB. Tais resultados encontram-se divididos em quatro dimensões, a saber: 1º. Informações socioeconômicas, 2º. Informações acadêmicas, 3º. Informações acadêmicas durante o ensino remoto, e, 4º. Informações sobre os possíveis fatores que explicam o rendimento acadêmico dos respondentes durante as AENPs.

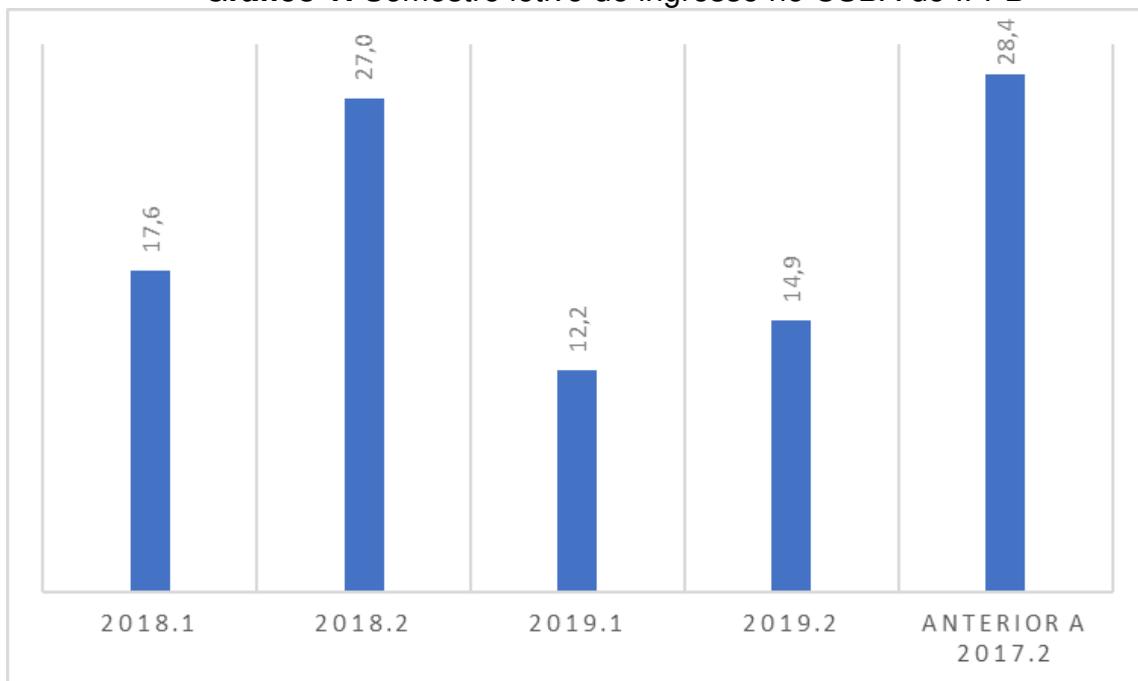
Como técnica de análise dos dados, considerou-se a análise de conteúdo, conforme fundamentação exposta por Bardin (2011). De acordo com a autora, a Análise de Conteúdo tem três momentos, o primeiro é a pré-análise, que buscou, para esta pesquisa, levantar o objeto de estudo, compreende a categoria de análise, que é sobre rendimento escolar (acadêmico), problema de pesquisa, cenário da pesquisa, etc. O segundo, exploração do material, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre a categoria de análise, desenvolver questionário e aplicar o questionário. Por fim, a terceira, interpretação, buscar dar significado aos achados, buscando na teoria, por meio do levantamento, e realizar as inferências, na tentativa de responder à pergunta levantada.

Cada dimensão, atrela-se aos vários questionamentos que foram levantados, a partir do entendimento sobre a dinâmica do funcionamento da instituição e do curso pesquisado, como também dos estudos bibliográficos sobre a temática. Isso, porque o intuito é de responder o problema de pesquisa que permeia este estudo - quais os fatores que têm influenciado o rendimento do estudante do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs)?

Compreendendo que o sistema educacional é complexo e atende estudantes dos mais variados perfis, busca-se, a princípio, abordar sobre a dimensão — perfil socioeconômico.

Como mencionado no capítulo referente à metodologia, esta pesquisa considerou como campo de pesquisa os estudantes que foram expostos as AENP's, ou seja, os alunos matriculados nos semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1, 2021.2 e 2022.1 e que já tinham a vivência no formato presencial, ou seja, ingressaram no CSBA do IFPB antes de 2020.1, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Semestre letivo de ingresso no CSBA do IFPB



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O gráfico 1 considerou a resposta dos 74 estudantes que responderam o questionário informando que ingressaram no curso até o semestre letivo 2019.2. Esta amostra revela que os correspondentes tiveram experiência de aulas presenciais, no que antecede a pandemia e no período da pandemia. Dos respondentes supracitados, 73% ingressaram até o semestre letivo 2018.2, ou seja, cursaram pelo menos 50% no formato AENPs, resultando em estudantes que provavelmente estão concluindo o curso. Isso também, significa dizer que os respondentes têm condições de responder com o sentimento de comparação, já que cursaram disciplinas nos formatos presencial e AENPs.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO

No perfil socioeconômico, busca identificar a posição social que os estudantes ocupam no IFPB. Também é importante ressaltar o quanto esse fator é determinante para rendimento acadêmico, ressaltado na fundamentação teórica, que de acordo Lordêlo e Verhine (2001, p. 57) “O rendimento ou desempenho de um estudante é função de uma multiplicidade de fatores relativos ao contexto social, ao ambiente familiar e escolar”.

Sobre o perfil socioeconômico, destaca-se a primeira variável: gênero. Ao analisar os dados sobre o gênero, verificou-se que a maioria dos estudantes são do gênero feminino, contabilizando 70,3%, e os demais, são do gênero masculino, com percentual de 29,7%. Essa realidade é comprovada nas pesquisas de âmbito nacional, constando, que segundo os dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS (BRASIL, 2016), as mulheres estão em maior número nas escolas, universidades e cursos de qualificação. Mas, ao apresentar um quantitativo significativo em comparação com os homens, comprova que a remuneração não é equivalente em relação aos homens, mesmo desempenhando uma atividade igual a deles (BRASIL, 2016).

Sobre o estado civil, constatou-se que a maioria dos participantes da pesquisa são solteiros (as), com percentual de 78,4% e 17,6% casados (as). Desses, referente aos 78,4% correspondentes solteiros, 43 (número em frequência) são mulheres e 15 (número em frequência) são homens. Essa variável é importante, pois pode indicar mais um elemento que contribui para análises sobre o rendimento acadêmico, revelando o peso das responsabilidades entre o homem e a mulher, no que se refere a uma vida de casado (a) e de solteiro (a), que muitas vezes, tais responsabilidades, recaem nas mulheres em relação às atividades domésticas, sendo uma construção social e histórica, segundo Telles (2014).

Em relação ao tipo de escola, buscou-se identificar o percentual dos participantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou particulares. O resultado encontrado revelou que, com percentual predominante, 75,7% dos estudantes cursaram o ensino médio em escolas públicas, e apenas, 18,9% estudaram em escolas particulares. Essa é uma variável que revela sobre a posição social que esses estudantes ocupam na instituição, pois as estratégias familiares na

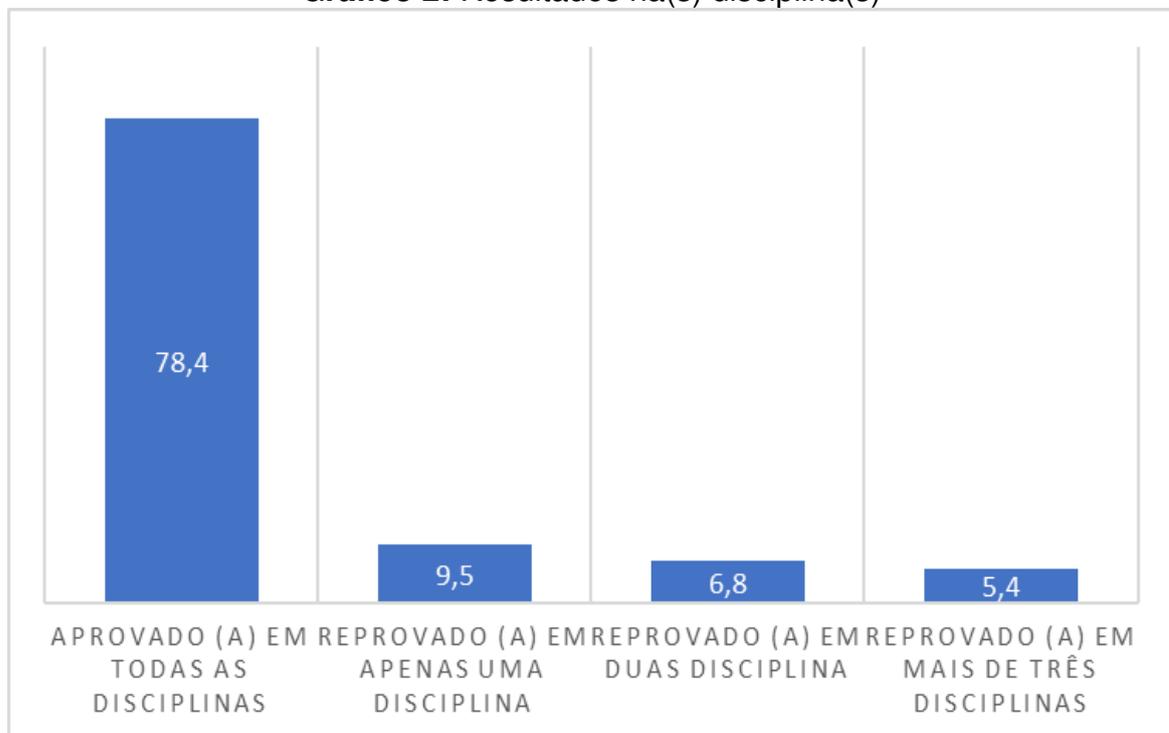
escolha de uma escola, podem convergir com suas condições econômicas, já que os dados desta pesquisa revelaram que a renda familiar dos respondentes não é tão elevada, pois 35,1% revelaram que possuem renda familiar entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.200,00; e 23%, preencheram alternativa de R\$ 2.200,00 a R\$ 3.300,00. Com esses dados verifica-se que a renda familiar de aproximadamente 60% dos respondentes é de até 3 salários mínimos.

Após o levantamento socioeconômico dos estudantes, prosseguiu-se na busca das informações acadêmicas com o objetivo de identificar algumas informações acadêmicas que possam influenciar no rendimento acadêmico dos estudantes do CSBA durante a vigência das AENPs.

4.2 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Considerando a aprovação dos respondentes no CSBA do IFPB, ao longo do curso, verificou-se que a maioria foi exitosa nas disciplinas cursadas, como mostra o gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: Resultados na(s) disciplina(s)

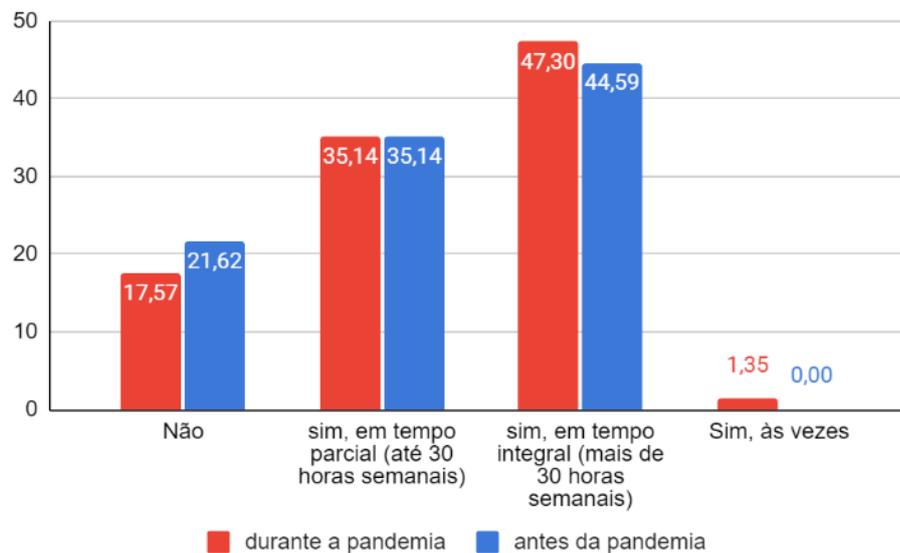


Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O Gráfico 2 considerou a trajetória acadêmica dos estudantes (antes e durante a pandemia) e revela que 78,4% dos respondentes obtiveram sucesso em todas as disciplinas cursadas.

Os mesmos estudantes que obtiveram sucesso em todas as disciplinas, ao longo do curso, exerciam algum tipo de trabalho remunerado antes da pandemia, como mostra o gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Atividade remunerada



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O Gráfico 3 considera valores em percentuais e revela que a maioria dos estudantes exercem algum tipo de atividade remunerada, antes e durante a pandemia, seja ela em tempo parcial (até 30 horas) ou em tempo integral (mais de 30 horas). Um fato interessante é que o número de estudantes que exercem atividade remunerada cresceu no período da pandemia; antes da pandemia (até fevereiro de 2020) 21,62% dos respondentes disseram que não exerciam atividade remunerada, esse percentual diminuiu e passou a ser 17,57%, ou seja, aumentou o número de estudantes do CSBA do IFPB que passaram a exercer atividade remunerada no período da pandemia, considerando os meses posteriores a março de 2020.

Outro fato interessante é que aumentou o número de estudantes que trabalham em tempo integral. Uma possível explicação para esse aumento no número de estudantes exercendo atividades remuneradas no período da pandemia pode estar relacionada com o avanço da pandemia que afetou muitas empresas e aumentou o

desemprego e, para complementar a renda familiar, muitos estudantes se depararam com a necessidade de contribuir nas despesas da casa. A participação de mais estudantes no mercado de trabalho concomitante com o ensino remoto nos faz refletir sobre o rendimento acadêmico durante as AENPs.

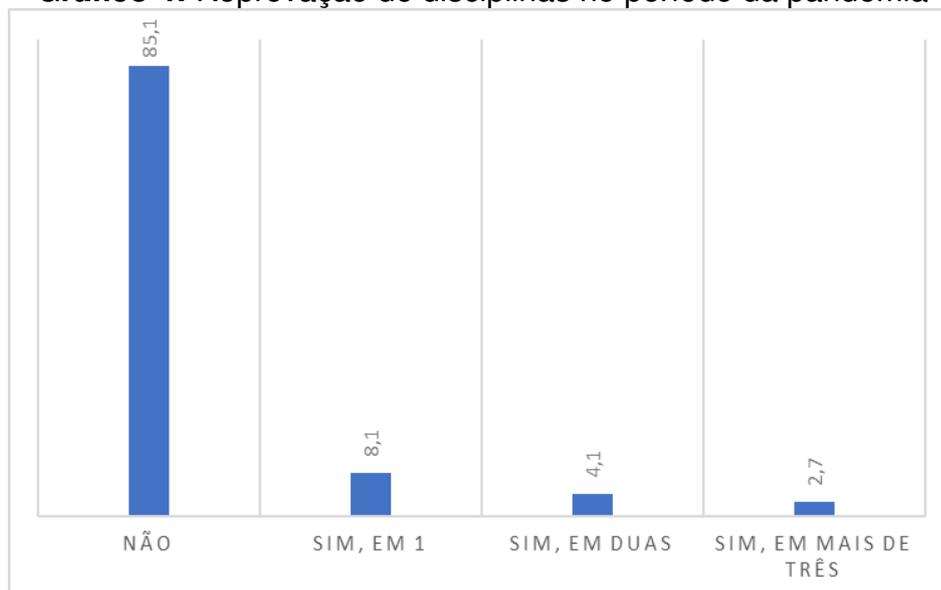
4.3 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DURANTE O ENSINO REMOTO

No período da pandemia, muitas mudanças foram impostas ao sistema educacional, sofrendo adaptações em relação aos processos de trabalho e estudo. No âmbito do IFPB, foram criadas portarias para regulamentar o ensino remoto como posto no referencial teórico. Nesta dimensão, busca obter informações acadêmicas sobre tal formato de ensino.

Nesse sentido, destaca-se a variável sobre a percepção dos estudantes em relação ao ensino remoto, onde foi perguntado se o ensino remoto estruturado no formato de Atividade de Ensino Não presencial foi a melhor estratégia de ensino e aprendizagem. Como resposta, eles entenderam que sim, com 89,2%. Destes, 47 estudantes eram do gênero feminino e 19 do gênero masculino.

Tal resultado, vai dialogar no rendimento acadêmico dos estudantes no período das atividades de ensino não presencial, constatando que não houve reprovação, pelo menos com a maior parte dos estudantes, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4: Reprovação de disciplinas no período da pandemia



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Os dados do gráfico 4 mostram que 85,1% dos estudantes não reprovaram no período da pandemia; eles não reprovaram em disciplinas e não precisaram trancar o curso no período da pandemia (apenas 5% dos estudantes que responderam esta pesquisa realizaram trancamento total de algum semestre letivo). O sucesso na conclusão das disciplinas não quer dizer que os estudantes não tiveram dificuldades em se adaptar ao ensino remoto, uma vez que os dados revelam que 51,4% disseram que não tiveram dificuldades e 48,6% responderam que tiveram dificuldades, ou seja, um percentual praticamente equivalente.

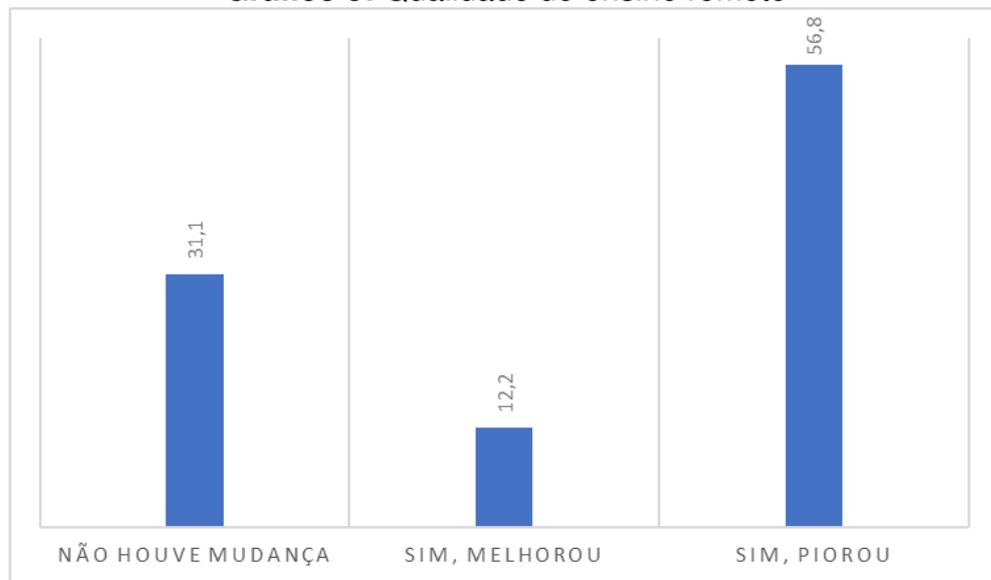
Sobre as dificuldades em adaptação ao ensino remoto, foi possível coletar 15 respostas que revelaram variadas dificuldades, sendo destacadas as principais, como dificuldades de conciliar trabalho e estudo, até, as questões técnicas, de equipamentos inadequado, sendo esta última, as mais queixadas pelos estudantes, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 2: Maiores dificuldades de adaptação ao ensino remoto

Dificuldade 01: conciliar trabalho (quer seja remunerado ou doméstico) e estudo
- Conciliação dos horários com a estrutura familiar; Dificuldade na absorção do conhecimento passado pelos professores;
- Conciliar as atividades com a rotina de casa;
- Interação com os colegas e professores, horário de trabalho diferente ao anterior a pandemia causando choque muitas vezes com os horários das aulas. Trabalho em grupo sem o contato com os colegas.
Dificuldade 02: Equipamentos adequados e ambiente propício para estudos
- Equipamentos para desenvolver as atividades, o grande volume de atividades, e o distanciamento da relação com os professores;
- Falta de equipamentos adequados, internet de qualidade, as pessoas de casa não entenderem que eu estava em aula;
- Ficar tanto tempo em frente ao computador com a internet caindo;
- Inicialmente a falta de equipamento e de um ambiente propício para estudos;
- Internet, barulho no ambiente domiciliar;
- Manejo das tecnologias. Tempo indisponível para tentar conhecer/adaptar-se;
- Concentração assistir as aulas, devido barulhos dos vizinhos e familiares;
- Dificuldade em ter um local tranquilo para escutar as aulas e acesso à internet;
- Não possuía notebook/PC, utilizava apenas celular no primeiro período de ensino remoto;
- O acesso à Internet e o dispositivo;
- Se adaptar a nova plataforma, sala de aula do google, como também a falta de uma conexão de internet;

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

É curioso observar a perseverança dos estudantes, que, mesmo diante de um perfil (em sua maioria) adverso (baixos níveis de renda, exercendo atividade remunerada durante a pandemia, entre outros) conseguiram concluir as disciplinas sem a necessidade de trancar o curso/semestre. Apesar deste sucesso na conclusão das disciplinas, muitos consideraram que houve mudança na qualidade do ensino, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5: Qualidade do ensino remoto

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o Gráfico 5, um pouco mais da metade (56,8%) dos estudantes responderam que o ensino piorou. Quando indagados sobre as possíveis causas para a mudança na qualidade do ensino, foi predominante a justificativa relacionada a diminuição da carga horária, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3: Principais fatores que justificam a mudança da qualidade

Fatores
- A carga horária
- A conexão de internet, a pouca carga horaria dos professores, os assuntos foram dados de maneira superficiais.
- A diminuição das aulas (momento em que o professor explana as idéias e explica os conteúdos), a falta de interação, e o excesso de atividades semanais
- A falta de experiência dos professores e alunos na modalidade; a grande quantidade de atividades complexas com baixa pontuação ou sem pontuação; pouco tempo de encontro síncrono; dificuldade de comunicação etc
- A quantidade de hr de ensino atrapalhou um pouco a qualidade do aprendizado.
- As horas reduzidas de aula, redução do tempo do período.
- Creio q os conteúdos foram passados de forma muito rápida e resumida em alguma disciplinas
- Horas reduzidas de aula e período reduzido
- Inabilidade inicial na nova modalidade e tecnologias à distância, redução do tempo dedicado às aulas, acomodação e procrastinação.
- No ponto de vista negativo. Houve pouco tempo de aula online, disciplinas com muitos assuntos que não foram passados aos alunos devido ao pouco tempo de duração do período e dificuldade na comunicação entre os alunos e professores devido a alta demanda de atividades. No lado positivo, conseguimos encerrar o curso dentro do prazo previsto, conseguimos nos adaptar ao contexto pandêmico e os professores ensinaram da melhor maneira possível.
- Redução de horário das aulas
- Redução e corte da ementa original; apenas 1 h ou 2h de transmissão oral do conteúdo.
- Tempo
- TEMPO
- Tempo de aula, dinâmica
- Tempo de aula, disponibilidade de atendimento ao aluno, internet.
- Afastamento, falta de avaliações presenciais, dificuldades tecnológicas, fatores pessoais, redução do tempo de aula ...

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A mudança na qualidade do ensino converge com a pesquisa realizada por Vazquez e Pesce (2022), que buscou analisar a avaliação dos estudantes de graduação da Universidade Federal de São Paulo sobre o processo de ensino e aprendizagem durante o primeiro semestre de oferta dos cursos no regime de

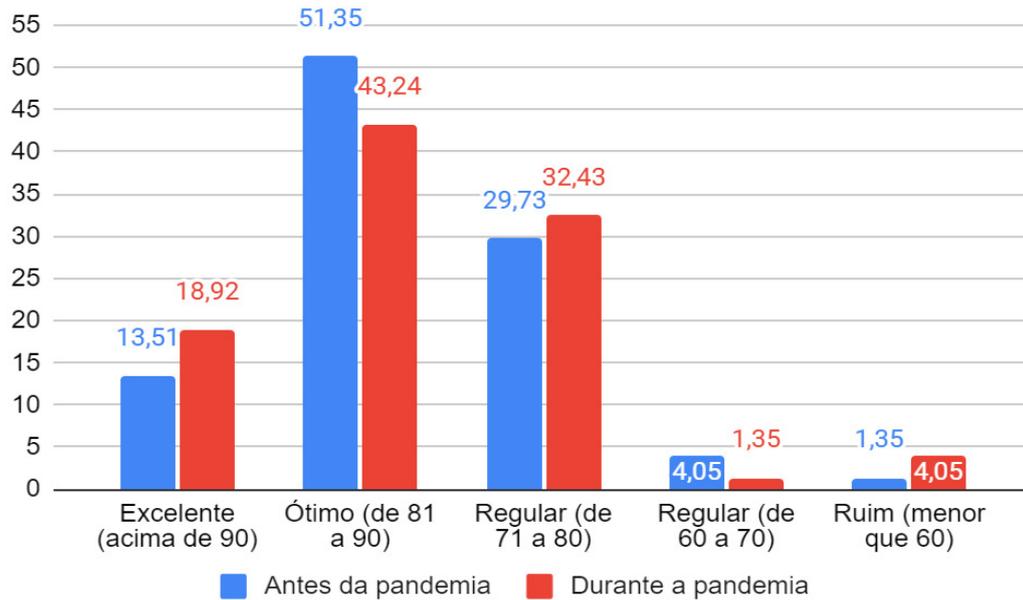
Atividades Domiciliares Emergenciais (ADE), implantado devido à pandemia de Covid-19. Como resultado, estes pesquisadores verificaram que a qualidade do ensino foi reduzida em razão das Atividades Domiciliares Emergenciais, em comparação com ensino presencial, como mostra a citação abaixo:

Os achados desta pesquisa sugerem que os cursos perderam qualidade no formato A DE (Atividades Domiciliares Emergenciais) em relação à oferta de ensino presencial, na avaliação dos estudantes. Em média, a nota atribuída pelos veteranos à qualidade geral do curso caiu de 8,9 para 5,8. A nota dos calouros para a oferta em ADE foi de 6,3. O ensino remoto foi considerado mais como uma redução de danos diante da impossibilidade das aulas presenciais e do risco de um atraso grande na integralização dos cursos (para 66%, o ensino remoto foi melhor do que perder o ano). Contudo, a oferta em ADE não atendeu às expectativas da maioria (55%) e menos estudantes ainda avaliaram que se adaptaram muito bem (apenas 34%), considerando aqueles que concordaram total ou parcialmente com essas afirmações (VAZQUEZ; PESCE, 2022, p. 200).

Com as informações obtidas, é possível desenvolver um perfil destes estudantes, como também desenvolver algumas inferências, do tipo: as questões sociais e econômicas, relacionados com a vida acadêmica e pessoal (trabalho e estudo), não foram determinantes, apesar de serem limitadores, no sentido de gerar dificuldade neste processo acadêmico. E por não ser determinante, não impediu que os estudantes obtivessem bons rendimentos acadêmicos durante as AENPs, nesta pesquisa mensurada a partir das médias das avaliações nas disciplinas.

Para responder sobre rendimentos acadêmicos o questionário fez dois questionamentos, a saber: “Considerando o período ANTERIOR a pandemia (março de 2020) e o seu vínculo no CSBA do IFPB, qual seu rendimento acadêmico médio estabelecido nas notas das avaliações?” e “Considerando APENAS os semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2, qual o seu rendimento acadêmico médio estabelecido nas notas das avaliações das disciplinas?”.

O resultado destas duas indagações pode ser visualizado no gráfico 6 abaixo:

Gráfico 6: Média das notas nas disciplinas

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O Gráfico 6 considera valores em percentuais; a partir dele é possível verificar que 51,35% dos estudantes disseram que no período que antecede a pandemia tinham resultados ótimos (média das notas entre 81 e 90 pontos); durante a pandemia, o percentual que obtiveram resultados ótimos foi reduzido para 43,24%. Mas, é importante ressaltar que, na medida em que cai na classificação ótimo, aumenta, no período da pandemia, para a classificação - excelente, com os seguintes percentuais (médias das notas acima de 90): antes da pandemia, 13,51% e durante a pandemia 18,92%. Estas informações revelam que os estudantes tiveram seu rendimento acadêmico, mensurado pelas notas, melhorado durante a pandemia, mas também alegam a qualidade piorou, sendo que esta piora foi motivada, entre outros fatores, pela redução no tempo dos encontros síncronos.

Outro dado de extrema importância, é identificar o rendimento acadêmico por gênero feminino e masculino, compreendendo que as funções construídas culturalmente e socialmente, são distintas, entre o grupo feminino e masculino (TELLES, 2014).

Tabela 1: Rendimento acadêmico por gênero antes e durante a pandemia

	Antes da pandemia (%)		Durante a pandemia (%)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Excelente (acima de 90)	9,6	22,7	19,2	18,2
Ótimo (de 81 a 90)	55,8	40,9	44,2	40,9
Regular (de 71 a 80)	26,9	36,4	32,7	31,8
Regular (de 60 a 70)	5,8	0,0	0,0	4,5
Ruim (menor que 60)	1,9	0,0	3,8	4,5

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Pela Tabela 1 é possível verificar que existe uma divergência entre os gêneros no que se refere aos rendimentos acadêmicos: antes da pandemia, 22,7% do gênero masculino disseram que possuía rendimento excelente; para o gênero feminino, esse percentual foi de apenas 9,6%. Já em relação à classificação “ótimo”, antes da pandemia, os dados foram: 55,8% do gênero feminino e 40,9% do masculino. Durante a pandemia houve uma modificação entre os gêneros no que diz respeito as médias das notas nas disciplinas, ou seja, na classificação ótimo o rendimento feminino caiu se equiparando com o gênero masculino, mas, por outro lado, cresceu na classificação excelente (feminino passou de 9,6% para 19,2%) enquanto que o masculino reduziu nesta classificação (22,7% para 18,2%). Este resultado converge com aquele encontrado por Macuácuá et. al. (2021) que constataram, em pesquisa realizada na cidade de Manaus - AM, que as mulheres apresentaram melhores resultados no ensino remoto durante a Pandemia de COVID-19.

Para se debruçar ainda mais sobre o rendimento acadêmico, esta pesquisa buscou identificar os possíveis fatores explicativos, conforme será apresentado na próxima seção.

4.4 INFORMAÇÕES SOBRE OS POSSÍVEIS FATORES QUE EXPLICAM O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS RESPONDENTES DURANTE AS AENPS

Nesta última dimensão, busca-se descobrir os possíveis fatores que pode ter influenciado o rendimento acadêmico dos estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs). Para isso, foi elencado alguns fatores, com base nas pesquisas bibliográficas mencionadas na fundamentação teórica e no próprio funcionamento estratégico que o IFPB adotou no período da pandemia, considerando os respondentes no curso supracitado nos semestres 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2.

Para responder os questionamentos, os estudantes associaram a escala que mais se aproxima da realidade que foi vivenciado durante o ensino remoto. A escala tem um grau de concordância e discordância que nos permite compreender sobre os fatores que têm gerado bons rendimentos acadêmicos destes estudantes.

Cabe aqui lembrar que as perguntas foram divididas entre quatro grupos de perguntas, a saber: fator interno pessoal, fator externo familiar, fator externo institucional e fator externo sobre processo de ensino e aprendizagem. Sobre o fator interno pessoal, busca-se compreender, a partir da percepção do aluno se seu esforço foi um fator determinante para o rendimento acadêmico, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2: Fator interno – pessoal

	Esse fator foi EXTREMAMENTE importante para meu rendimento escolar	Esse fator influenciou MUITO meu rendimento escolar	Esse fator influenciou POUCO meu rendimento escolar	Esse fator NÃO influenciou meu rendimento escolar
Esforço Pessoal	47,30%	29,73%	12,16%	10,81%

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Com relação ao primeiro questionamento - esforço pessoal - de acordo com a percepção dos estudantes, se trata de um fator de extrema importância, pois o percentual predominante de respostas foi de 47,30%. Esse dado nos permite identificar que 47,30% dos estudantes acreditam que seu esforço pessoal foi EXTREMAMENTE importante para seu rendimento acadêmico durante as AENP's no CSBA do IFPB, eliminando assim, outros fatores, como é o caso da ajuda familiar, que o nível de concordância se deu como fator que influenciou pouco (28,38%) ou não influenciou (28,38%), como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3: Fator externo – familiar

	Esse fator foi EXTREMAMENTE importante para meu rendimento escolar	Esse fator influenciou MUITO meu rendimento escolar	Esse fator influenciou POUCO meu rendimento escolar	Esse fator NÃO influenciou meu rendimento escolar
Ajuda familiar	18,92%	24,32%	28,38%	28,38%

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Em relação aos fatores institucionais, pois é a instituição que promove ações de assistência estudantil, programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão,

como também, fornecimento de internet, equipamento, acolhimento psicológico e acolhimento dos gestores e docentes em relação às questões emocionais dos estudantes, os dados coletados revelaram que estes fatores não foram determinantes para o rendimento acadêmico durante as AENP's no CSBA do IFPB, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 4: Fator externo – institucional

	Esse fator foi EXTREMAMENTE importante para meu rendimento escolar	Esse fator influenciou MUITO meu rendimento escolar	Esse fator influenciou POUCO meu rendimento escolar	Esse fator NÃO influenciou meu rendimento escolar
Acolhimento dos (as) docentes em relação às minhas demandas emocionais	22,97%	24,32%	27,03%	25,68%
Acolhimento dos (as) gestores (as) do Campus João Pessoa em relação às minhas demandas acadêmicas e emocionais	13,51%	25,68%	33,78%	27,03%
Participação em programas de assistência estudantil (Ex: auxílio alimentação e permanência, etc.)	22,97%	6,76%	13,51%	56,76%
Participação em projetos de pesquisa, monitoria e extensão (Ex: Interconecta, PIBIC, monitoria)	9,46%	14,86%	10,81%	64,86%
Fornecimento de internet e/ou computadores pelo IFPB	10,81%	10,81%	18,92%	59,46%
Acolhimento psicológicos oferecido pela instituição para seus estudantes	6,76%	9,46%	16,22%	67,57%

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Como mostra a Tabela 4, para a maioria dos respondentes as ações institucionais não foram determinantes para o rendimento acadêmicos no CSBA do IFPB durante as AENP's. Um dos fatores que não influenciou no rendimento acadêmico foi a participação dos estudantes em programas de assistência estudantil

(Ex: auxílio alimentação e permanência, etc) com percentual predominante de 56,76%. Essa variável busca viabilizar as condições de permanência, na busca de possibilitar a inclusão social de alunos em situação de vulnerabilidade social, assim, como revela os resultados, ela não foi considerada como um fator determinante para o rendimento acadêmico dos estudantes.

Também foi o caso da participação do aluno em projetos de pesquisa, monitoria e extensão (Ex: Interconecta, PIBIC, monitoria), que é um fator que pode contribuir no rendimento acadêmico, porque possibilita o engajamento do aluno nas atividades da instituição, incentivando na pesquisa, como também na extensão, desenvolvendo mais ainda a capacidade de leitura e escrita, mas não influenciou no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 64,86%.

Assim foi com o fornecimento de internet e/ou computadores pelo IFPB, que buscou dar suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade no período da pandemia, mas também foi um fator que não influenciou no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 59,46%.

Sobre as questões psicológicas, de acordo com Silva e Rosa (2021) estudos revelam que os efeitos da pandemia podem desencadear maior desconforto emocional e aumento do risco de doenças psiquiátricas, em especial, entre os grupos mais vulneráveis. Neste sentido, quando perguntados sobre o acolhimento psicológico oferecido pela instituição para os estudantes do CSBA, foi possível verificar que este acolhimento não foi um fator que influenciou no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 67,57%.

Partido da hipótese de que a pandemia desencadeou problemas psicológicos, é importante o acolhimento da gestão e dos docentes nas questões emocionais dos estudantes, ou seja, um apoio institucional, como foi colocado nos estudos de Silva e Rosa (2021). Mas, considerando esta amostra, o acolhimento dos (as) gestores (as) do Campus João Pessoa em relação às demandas acadêmicas e emocionais, foi um fator que influenciou pouco no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 33,78%.

No que diz respeito ao acolhimento dos (as) docentes em relação às demandas emocionais dos estudantes, foi um dado com diferentes percepções, pois os percentuais estão distribuídos com pequenas diferenças, sendo que o percentual

predominante foi de 27,03%, como fator que pouco influenciou no rendimento acadêmico.

Cabe aqui ressaltar que dentre os fatores institucionais existem elementos que contribuíram para o rendimento acadêmico dos estudantes que estão diretamente relacionados com o processo de ensino e aprendizagem. Assim, como foi ressaltado na fundamentação teórica, o sistema educacional funciona de forma complexa, mas que é pensado, planejado e executado com o objetivo de gerar bons resultados. E uma das estratégias para isso (bons resultados), é a disseminação sistemática do conhecimento, utilizado para instruir e educar fazendo uso de ferramentas que facilitem e impulsionem o aprendizado.

Nesse sentido, com o avanço tecnológico, o ensino foi se direcionando as novas formas, tomando proporções mais abrangentes, como é o caso do ensino a distância, que no IFPB, no período da pandemia, foi sendo executado através de Atividades de Ensino Não Presenciais, como uma forma encontrada para não parar o funcionamento do sistema educacional.

E no momento de mudanças na forma do ensino e no próprio processo de aprendizagem, estabelecido no período da pandemia, algumas estratégias de ensino e aprendizagem foram determinantes para o rendimento acadêmico dos estudantes, como foi o caso dos professores e da coordenadora do CSBA, conforme os dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5: Fatores externos – processo de ensino e aprendizagem

	Esse fator foi EXTREMAMENTE importante para meu rendimento escolar	Esse fator influenciou MUITO meu rendimento escolar	Esse fator influenciou POUCO meu rendimento escolar	Esse fator NÃO influenciou meu rendimento escolar
Percepção do(a) professor (a) no atendimento das minhas dificuldades durante meu processo de aprendizagem	27,03%	41,89%	17,57%	13,51%
Acolhimento dos (as) docentes em relação às minhas demandas emocionais	22,97%	24,32%	27,03%	25,68%
Forma como os conteúdos foram elaborados e apresentados pelos (as) docentes	27,03%	44,59%	24,32%	4,05%
Acolhimento da Coordenadora do Curso de Administração em relação às minhas demandas acadêmicas e emocionais	20,27%	31,08%	21,62%	27,03%
Quantitativo máximo de atividades avaliativas por disciplina	28,38%	44,59%	17,57%	9,46%
Flexibilização dos horários para o início e término dos encontros síncronos	33,78%	32,43%	18,92%	14,86%
Duração dos encontros síncronos (1 hora por semana por disciplina)	32,43%	35,14%	22,97%	9,46%

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Sobre o atendimento dos professores com as dificuldades dos estudantes durante o processo de aprendizagem, esse fator influenciou muito, com percentual predominante de 41,89%. A forma como os conteúdos foram elaborados e apresentados pelos (as) docentes, foi percebido pelos estudantes como um fator que influenciou muito no rendimento acadêmico, com o percentual predominante de respostas de 44,59%.

Sobre o acolhimento da Coordenadora do Curso de Administração em relação às demandas acadêmicas e emocionais, também foi um fator que influenciou muito no rendimento acadêmico, com o percentual predominante de 31,08%.

O quantitativo máximo de atividades avaliativas por disciplinas, também teve um saldo positivo, como um fator que influenciou muito no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 44,59%. Outra ação relevante, foi a flexibilização dos horários para o início e término dos encontros síncronos, fator de extrema importância, com percentual de 33,78%.

Outro fator foi a duração dos encontros síncronos (1 hora por semana por disciplina), que influenciou muito no rendimento acadêmico, com percentual predominante de 35,14%.

Contudo, pode-se compreender que os dados nos fornecem elementos que buscam reconhecer os fatores que têm gerado o rendimento acadêmico dos alunos que ingressaram no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs). Com isso, destaca-se os fatores predominantes que contribuíram para o rendimento acadêmico dos estudantes, que para além dos esforços pessoais, já citados, existiam fatores que estavam diretamente ligados com ações estratégicas docentes que contribuíram de sobremaneira no processo de ensino e aprendizagem, e essas, nas percepções dos estudantes foram significativas para seus rendimentos acadêmicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que teve como objeto de estudo o rendimento acadêmico dos estudantes do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, ao qual adota como cenário de pesquisa, a pandemia – Covid-19, que foi um período conturbado, pois as nações se depararam com uma calamidade pública, declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS, no dia 30/01/2020. Com isso, as mudanças foram sendo impostas, frente a uma nova realidade, que atingiu de sobremaneira, o sistema educacional, que de acordo com Santos, Abrantes e Zonta (2021), com isso, tal sistema (educacional), sofreu adaptações em relação aos processos de trabalho e estudo.

As mudanças foram sendo consolidadas através do regulamento do ensino remoto, por meio da Portaria MEC Nº 544, publicada no Diário Oficial da União, no dia 16 de junho de 2020, que autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia do novo Coronavírus (BRASIL, 2020a). Com isso, o ensino passou a ser ofertado como Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), fazendo com que instâncias modificassem suas formas de atuar, como foi o caso do IFPB, se adaptando com novas exigências.

Tais discussões têm revelado, considerando o sistema educacional neste novo contexto, problemáticas, principalmente os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, compreendendo que o vírus não escolhe localidade, cor, classe social e tampouco gênero, mas a forma de vivenciar por determinados grupos sociais, diferencia, dependendo das condições socioeconômicas, culturais, etc.

Segundo Harvey (2020), os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade — negros/as, mulheres, idosos/as e imigrantes — estão mais expostos às consequências danosas dos efeitos da pandemia. Nesse sentido, que a pesquisa buscou indagar: quais os fatores que têm influenciado o rendimento do estudante do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs)?

Para tanto, buscou conhecer os fatores que têm influenciado o rendimento do estudante do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs).

De forma geral, verificou-se que, para a amostra considerada nesta pesquisa, a saber, uma parcela de estudantes que ingressaram no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, que tiveram a experiência antes e durante a vigência das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), que mesmo com suas particularidades relacionados com a vida acadêmica, pessoal (trabalho e estudo) e a renda familiar de três salários mínimos, estas não foram obstáculos para que eles obtivessem um bom rendimento acadêmico. Compreende-se que o fatores socioeconômico e os papéis sociais são como forças impulsoras que podem impedir os estudantes de avançar e obter sucesso em sua trajetória acadêmica, mas para esta amostra, foram limitadores, no sentido de gerar dificuldade, mas não determinantes, ao ponto de impedi-los que obtivessem bons rendimentos acadêmicos durante as AENPs.

Com relação aos fatores com percentuais predominantes que explicaram o rendimento acadêmico dos respondentes durante as AENPs, destaca-se os elementos que não contribuíram para o rendimento acadêmico: fatores externo familiar e institucional, com as seguintes variáveis: Ajuda familiar; Acolhimento dos (as) docentes em relação às minhas demandas emocionais; Acolhimento dos (as) gestores (as) do Campus João Pessoa em relação às minhas demandas acadêmicas e emocionais; Participação em programas de assistência estudantil (Ex: auxílio alimentação e permanência, etc.); Participação em projetos de pesquisa, monitoria e extensão (Ex: Interconecta, PIBIC, monitoria); Fornecimento de internet e/ou computadores pelo IFPB; Acolhimento psicológicos oferecido pela instituição para seus estudantes.

Sobre os fatores com percentuais predominantes que explicaram o rendimento acadêmico dos respondentes durante as AENPs, destaca-se os elementos que contribuíram para o rendimento acadêmico, sendo os fatores que estavam diretamente ligados com o processo de ensino e aprendizagem, bem como as estratégias que a coordenação e os docentes, com as seguintes variáveis: Percepção do(a) professor (a) no atendimento das minhas dificuldades durante meu processo de aprendizagem; Acolhimento dos (as) docentes em relação às minhas demandas emocionais; Forma como os conteúdos foram elaborados e apresentados pelos (as) docentes; Acolhimento da Coordenadora do Curso de Administração em relação às minhas demandas acadêmicas e emocionais; Quantitativo máximo de atividades

avaliativas por disciplina; Duração dos encontros síncronos (1 hora por semana por disciplina).

Contudo, pode-se dizer que os desafios foram muitos, a mudança abrupta nos cenários nacionais e internacionais causados pela pandemia de Covid-19, afetam de sobremaneira o interior das salas de aulas, ou melhor, das salas virtuais, onde não se tem a presença física do professor, que com seu olhar acolhedor, com sua abordagem humana nos aliviar o peso da trajetória acadêmica, gerando bons frutos, que resulta no bom rendimento acadêmico. É, por vezes, duro ter que lidar com a frieza do ensino a distância, que, com poucas interações sociais, muitas vezes os estudantes tiveram que se isolar em seus quartos, em ambientes que muitos estudantes relataram inadequados, tendo que galgar seu futuro por meio da educação, na esperança de futuros melhores dentro de um contexto de extrema insegurança. Neste contexto, acreditamos que qualquer atitude, ação e estratégias que o professor tiver, têm impacto direto no estudante. Como diz Paulo Freire, “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, J. W. *et al.* Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item. *In: ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO*, 23., 2003, Ouro Preto, MG. [Anais]. Ouro Preto: ABEPRO, 2003. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0201_0741.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARIVIERA, C.; FAGUNDES, J. P.; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. E. O impacto do ensino remoto no processo de aprendizagem e formação do administrador do curso de administração da Universidade Federal do Pampa em tempos de pandemia de covid-19. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 20., 2021, [Virtual]. **Anais [...]**. [S. l.]: UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230182>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In: BATISTA JÚNIOR, P. N. (org.). Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil. Ensaios e palestras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 115-162. Disponível: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 132, n. 233, p. 1, 9 dez. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 maio 2022.
- BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 209, p. 1, 2 nov. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 221-a, p. 1, 18 nov. 2005. (Edição extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 2 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 253, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012a. [Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; e dá outras providências]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 122, p. 2, 1 out. 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12677&ano=2012&ato=771AzZU1kMVpWT759>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012b. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é educação a distância?** [Brasília, DF, c2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20%C3%A9%20a,tecnologias%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 114, p. 62, 17 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Resolução AR 13/2020, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre as ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19). João Pessoa: Conselho Superior, 2020b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-13/view>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Resolução AR 30/2020, de 2 de julho de 2020**. Regulamenta a concessão de Auxílio para Inclusão Digital para atender a situação emergencial em razão da pandemia mundial do COVID-19 no Instituto Federal da Paraíba. João Pessoa: Conselho Superior, 2020c. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-30>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Resolução 28/2020**. Estabelece as fases de implementação gradual das atividades não presenciais e presenciais no âmbito do IFPB. João Pessoa: Conselho Superior, 2020d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-28/view>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Resolução 29/2020**. Estabelece os procedimentos para desenvolvimento e registro de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), durante o período de suspensão das atividades presenciais, no âmbito do IFPB, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. João Pessoa: Conselho Superior, 2020e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/santarita/ensino/atividades-nao-presenciais/documentos-e-resolucoes/resolucao-29-2020-estabelece-os-procedimentos-para-desenvolvimento-e-registro-de-atividades-de-ensino-nao-presenciais-aenps.pdf/view>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Resolução 47/2021**. Convalida a Resolução AR 34/2020 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de agosto de 2020 que regulamenta a concessão de Auxílio Inclusão Digital para Aquisição de Equipamentos para atender situação emergencial em razão da pandemia mundial do COVID-19 no Instituto Federal da Paraíba. João Pessoa: Conselho Superior, 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-47/view>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CASIRAGHI, B. *et al.* Rendimento acadêmico no ensino superior: variáveis pessoais e socioculturais do estudante. **Revista Práxis**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 95-104, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3373>. Acesso em: 2 jun. 2022.

CASTILHO, M. L.; SILVA, C. N. N. Covid-19 e a educação profissional e tecnológica: um panorama das ações de acompanhamento e enfrentamento da pandemia nos institutos federais. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 18-34, 2020. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/41>. Acesso em: 26 maio 2022.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. **A educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CNS. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. [Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 98, p. 2, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COQUEIRO, N. P. S.; SOUZA, E. C. A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de pandemia da covid 19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 66061-66062, jul. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/32355>. Acesso em: 2 jun. 2022.

COSTA, R. M. P.; SILVA, A. V. L.; ARRAIS NETO, E. A. Aspectos nefastos da pandemia da Covid-19 sobre a política de educação no Brasil. **Research, Society & Development**, [s. l.], v. 10, n. 3, e29310313313, 2021.

DOURADO, L. F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XyLXN7mtdPGgnScr5MgYbHK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2022.

FERNANDES, A. C. O ensino remoto emergencial no contexto de pandemia da covid-19: relatos de uma experiência desafiadora e exitosa numa turma de licenciatura em química do IFRN. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 5, e4310514670, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14670/13079>. Acesso em: 22 maio 2022.

FERREIRA, M. Determinantes do rendimento acadêmico no ensino superior. **Revista Internacional d'Humanitas**, Barcelona, v. 15, p. 55-60, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237216173_Determinantes_do_Rendimento_Academico_no_Ensino_Superior. Acesso em: 17 abr. 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, E. O. *et al.* Autoavaliação de estudantes universitários sobre seu desempenho acadêmico durante a pandemia da covid-19. **Rev. Gaúcha Enferm.**, [s. l.], v. 43, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rgenf/article/view/121515>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. *In*: FRIGOTTO, G. (coord.). **Ofertas formativas e características regionais**: a educação básica de nível médio no estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015).

GUZZO, R. S. L.; EUZÉBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre Educação**, Ibirité, v. 4, n. 2, dez. 2005. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005. Acesso em: 2 jun. 2022.

HARVEY, D. Política anticapitalista en tiempos de COVID-19. **Sinpermiso**. [S. l.], 22 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/politica-anticapitalista-en-tiempos-de-covid-19>. Acesso em: 16 jun. 2022.

IFPB. Campus Cajazeiras. **Edital nº 26/2021/DG/CZ, de 3 de novembro de 2021**. Auxílio emergencial de inclusão digital para aquisição de equipamentos. Cajazeiras: IFPB, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/cajazeiras/editais/assistencia-estudantil/2021/edital-26-2021-dg-cz-aquisicao-de-equipamentos/edital-26-2021-dg-dz_inclusao-digital_notebook-desktop_homologado.pdf/view. Acesso em: 2 jun. 2022.

IFPB. Reitoria. **Nota Técnica 7/2020**. Ementa: Orientações acerca da execução das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) durante a Pandemia da COVID-19 – Resolução IFPB/CS nº 29/2020. João Pessoa: Reitoria, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/santarita/ensino/atividades-nao-presenciais/documentos-e-resolucoes/nota-tecnica-pre-aenps.pdf/view>. Acesso em: 16 jun. 2022.

LOPES, L. F.; FARIA, A. A. **O que e o quem da EaD**: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LORDÊLO, J. A. C.; VERHINE, R. E. Perfil de aluno e rendimento escolar em pedagogia: correlacionando variáveis na UFBA. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [s. l.], v. 6, n. 5, p. 57-70, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2838>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MACUÁCUA, X. V. *et al.* A avaliação do rendimento acadêmico de estudantes em modalidade de ensino remoto durante a pandemia de covid-19 em Manaus. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 401-411, 2021. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/9140>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MEDEIROS, Á. F. C. **Conceitos fundamentais para educação a distância**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MORAN, J. **O que é educação a distância**. [Rio de Janeiro], 2002. (Texto atualizado, publicado pela primeira vez com o título "Novos caminhos do ensino a distância", no Informe CEAD-Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano, 1, n. 5, p. 1-3, out./dez. 1994). Disponível em:

<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 22 abr. 202.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-354, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/17123>. Acesso em: 2 jun. 2022.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NUNES, R. C. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. **Research, Society & Development**, [s. l.], v. 10, n. 3, e1410313022, 2021.

OSTI, A.; PONTES JÚNIOR, J. A. F.; ALMEIDA, L. S. O comprometimento acadêmico no contexto da pandemia da covid-19 em estudantes brasileiros do ensino superior. **Revista Prâksis**, [s. l.], v. 3, p. 275-292, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2676>. Acesso em: 2 jun. 2022.

PIRES, H. *et al.* Perspectivas dos estudantes sobre a qualidade do ensino: um estudo exploratório nas instituições do ensino superior do Alentejo. *In*: MANO, F. *et al.* (ed.). **Actas da conference of governance and management models in higher education**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. P. 127-145.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnica**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHES, C.; MEIRELES, M.; DE SORDI, J. O. Análise qualitativa por meio da lógica paraconsistente: método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas Likert. *In*: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., 2011, João Pessoa. [Anais]. Maringá, PR: ANPAD, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=18&cod_edicao_subsecao=758&cod_evento_edicao=60&cod_edicao_trabalho=13850. Acesso em: 2 jun. 2022.

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UNB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, Cajuína, v. 6, n. 3, p. 213-227, 2021. Disponível em: <https://cadenoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, J. A política de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade? *In*: FRIGOTTO, G. (coord.). **Ofertas formativas e características regionais: a educação básica de nível médio no estado do Rio de Janeiro**. (Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015).

SANTOS, L. C.; MENEGASSI, C. H. M. A história e a expansão da educação a distância: um estudo de caso da UNICESUMAR. **Revista Gestão Universitária na**

América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 208-228, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3193/319355896010/html/>. Acesso em: 21 maio 2022.

SCHNEIDER, E. M. *et al.* O uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC): possibilidades para o ensino (não) presencial durante a pandemia covid-19. **Revista Científica Educ@ção**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 1071-1090, 26 out. 2020. Disponível em: <https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/123>. Acesso em: 25 maio 2022.

SIGNORI, Z. M. M. *et al.* **Estratégias e planejamento do estudo não presencial**. Florianópolis: CTE; UFSC, [2020]. *E-book*. Disponível em: https://nupe.paginas.ufsc.br/files/2020/09/NuPe-E-book_-Estrat%C3%A9gias-e-Planejamento-do-Estudo-N%C3%A3o-Presencial-1-compactado.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

SILVA, M. M. P. **Material didático impresso de curso de licenciatura a distância: um olhar para os recursos multimodais**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9228?locale=pt_BR. Acesso em: 2 jun. 2022.

SILVA, S. M.; ROSA, A. R. O impacto da Covid-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. **Revista Práxis**, [s. l.], v. 2, p. 189-206, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2446>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TELLES, A. M. V. A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980). *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. [**Anais**]. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/861-0.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

VAZQUEZ, D. A.; PESCE, L. A experiência de ensino remoto durante a pandemia de Covid-19: determinantes da avaliação discente nos cursos de humanas da Unifesp. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 27, n. 1, p. 183-204, mar. 2022.

APÊNDICE A - Questionário sobre o rendimento escolar dos estudantes do curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB durante a pandemia

A - DADOS SOCIOECONÔMICOS E ACADÊMICOS

1. Data de nascimento: ____/____/____

2. Gênero:
feminino
masculino
Outro

3. **Qual o seu estado civil atual?**

- solteiro(a)
casado(a)
viúvo(a)
separado(a)
outro

4. **Em que tipo de escola você cursou o ensino médio ou equivalente?**

- somente em escola particular
somente em escola pública
parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública
parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular
parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo tempo na escola pública e na escola particular

5. **Qual a renda mensal da sua família (considere a renda de todas as pessoas que residem na mesma residência que você)?**

- até R\$1.100,00
de R\$1.100,01 a R\$2.200,00
de R\$2.200,01 a R\$3.300,00
de R\$3.300,01 a R\$4.400,00
de R\$4.400,01 a R\$5.500,00
acima R\$ 5.500,01

6. **Antes da pandemia (considere como referência o mês de fevereiro de 2020) você exercia alguma atividade remunerada (estágio, emprego formal ou informal)?**

- não
sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)
sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)

sim, às vezes

- 7. Durante a pandemia (considere como referência o período iniciando em março de 2020 até abril de 2022) você exercia alguma atividade remunerada (estágio, emprego formal ou informal)?**

Não

Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)

Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)

Sim, às vezes

- 8. Qual o turno em que você ingressou no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB?**

Matutino

Noturno

- 9. Qual o semestre letivo que você ingressou no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB?**

Anterior a 2017.2

2018.1

2018.2

2019.1

2019.2

Após 2020.1

- 10. Considerando o contexto da pandemia ocasionada pela COVID-19 e o Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, você considera que o Ensino Remoto estruturado no formato de Atividade de Ensino Não Presencial (AENP), foi a melhor estratégia de ensino?**

Sim

Não

- 11. Considerando seu vínculo no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, como você descreve seu resultado na(s) disciplina(s)?**

Aprovado (a) em todas as disciplinas

Reprovado (a) em apenas uma disciplina

Reprovado (a) em duas disciplinas

Reprovado (a) em mais de três disciplinas

Ainda cursando o 1º semestre letivo

- 12. Considerando o período ANTERIOR a pandemia (março de 2020) e o seu vínculo no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, qual seu rendimento acadêmico estabelecido nas notas das avaliações?**

Ruim (menor que 60)
 Regular (de 61 a 70)
 Regular (de 71 a 80)
 Ótimo (de 81 a 90)
 Excelente (acima de 90)

B. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS DURANTE O ENSINO REMOTO

13. Considerando as disciplinas que você foi matriculado nos semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2 e que foram desenvolvidas na modalidade de Atividades de Ensino Não Presencial (AENP'S), você foi reprovado(a) em alguma?

Sim, em 1
 sim, em duas
 sim, em mais de três
 Não

14. Considerando os semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2, você realizou algum processo de trancamento total do semestre?

sim, um semestre
 sim, dois semestres
 sim, três semestres
 sim, todos os semestres
 Não

14.1 Qual o principal motivo para o trancamento do(s) semestre(s)?

15. Você teve dificuldade de se readaptar ao ensino remoto?

Sim
 Não

15.1 Quais foram as maiores dificuldades em se readaptar ao ensino remoto?

16. Considerando os semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2, você acredita que houve mudanças na qualidade do ensino?

Sim, melhorou
 sim, piorou
 Não houve mudança

16.1 Na sua opinião, qual (is) o(s) principal(is) fator(es) que justica(m) essa mudança na qualidade do ensino?

17. Considerando APENAS os semestres letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2, qual o seu rendimento acadêmico estabelecido nas notas das avaliações?

- Ruim (menor que 60)
- Regular (de 61 a 70)
- Regular (de 71 a 80)
- Ótimo (de 81 a 90)
- Excelente (acima de 90)

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

TCC - BELMIRO RAMALHO BINSETO

Assunto: TCC - BELMIRO RAMALHO BINSETO
Assinado por: Belmiro Ramalho
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Belmiro Ramalho Bisneto, ALUNO (20182460095) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA, em 11/07/2022 15:47:30.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/07/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 567879

Código de Autenticação: 4f75d2e282

